



# Indicadores de Integração de Imigrantes

## Imigração em Números

Catarina Reis Oliveira, Diretora do Observatório das Migrações

Audição conjunta a Especialistas das  
Comunidades Afrodescendentes e Brasileiras

Assembleia da República, Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação da  
Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

13 de maio de 2019



## ❑ Relatórios estatísticos internacionais de integração de imigrantes:

EUROSTAT (2011), estudo piloto de recolha e análise de indicadores de integração de imigrantes de fontes uniformizadas. Indicadores comuns de integração para as seguintes áreas: (1) emprego; (2) educação; (3) inclusão social; (4) cidadania ativa

OCDE (2015), Indicators of Immigrant Integration, disponibiliza indicadores de integração para três grandes temas – integração no mercado de trabalho, inclusão social, e educação e qualificações

## ❑ Nesses relatórios é possível comparar os resultados de cada país (e.g. Portugal) com os demais países da União Europeia e da OCDE & A integração de imigrantes é medida atendendo à diferença ou proximidade de resultados entre os imigrantes e a população nativa

## ❑ A comparação entre grupos (imigrantes vs população nativa) não permite avaliar os impacto das políticas de integração de imigrantes: variedade de fatores exógenos e de variáveis de controlo que teriam que ser consideradas & o perfil dos imigrantes também varia de país para país, bem como o perfil da população autóctone o que pode induzir a maiores ou menos distancias entre os dois grupos que nada têm a ver com o sucesso das políticas de integração

## ❑ Desafios associados à harmonização de dados e de fontes (e.g. a necessidade de “forçar” a informação a enquadrar-se em categorias comuns faz perder especificidades)

## ❑ A integração tem de ser considerada de forma multidimensional e enquadrada por indicadores de contexto da imigração



## Imigrante



Implica um movimento de fronteira e/ou de entrada e fixação de um cidadão por um período superior a um ano em território português.

Um imigrante não é necessariamente um estrangeiro... Há imigrantes que podem já ter nacionalidade portuguesa.

## Estrangeiro



Indivíduo com nacionalidade de um país estrangeiro que pode nunca ter sido imigrante.

Há estrangeiros que já nasceram em Portugal e nunca tiveram uma experiência migratória, mas herdaram a nacionalidade estrangeira dos pais.

Fontes de dados estatísticos e administrativos recolhem informação desagregada com base na nacionalidade do indivíduo.



Importância de recorrer a fontes estatísticas e fontes administrativas: riqueza de fontes e de dados desagregados por nacionalidade, que permitem estudar diferentes dimensões da integração

Fontes estatísticas: diferentes instrumentos de recolha de dados do INE

Fontes administrativas: informação de procedimentos administrativos ou de inscritos em serviços e instituições públicas / dados não recolhidos para fins estatísticos

Dilemas: não são comparáveis; referem-se a universos distintos; desagregação da informação; tratamento de determinados indicadores; validação da informação inserida (fontes administrativas).

MAS fundamental considerar anos de referência nos dados em análise para criar, ainda assim, alguma comparabilidade.



Dados sistematizados no relatório permitem sinalizar as situações em que os estrangeiros diferem (mais ou menos e para melhor ou pior) dos portugueses, e como diferem entre nacionalidades

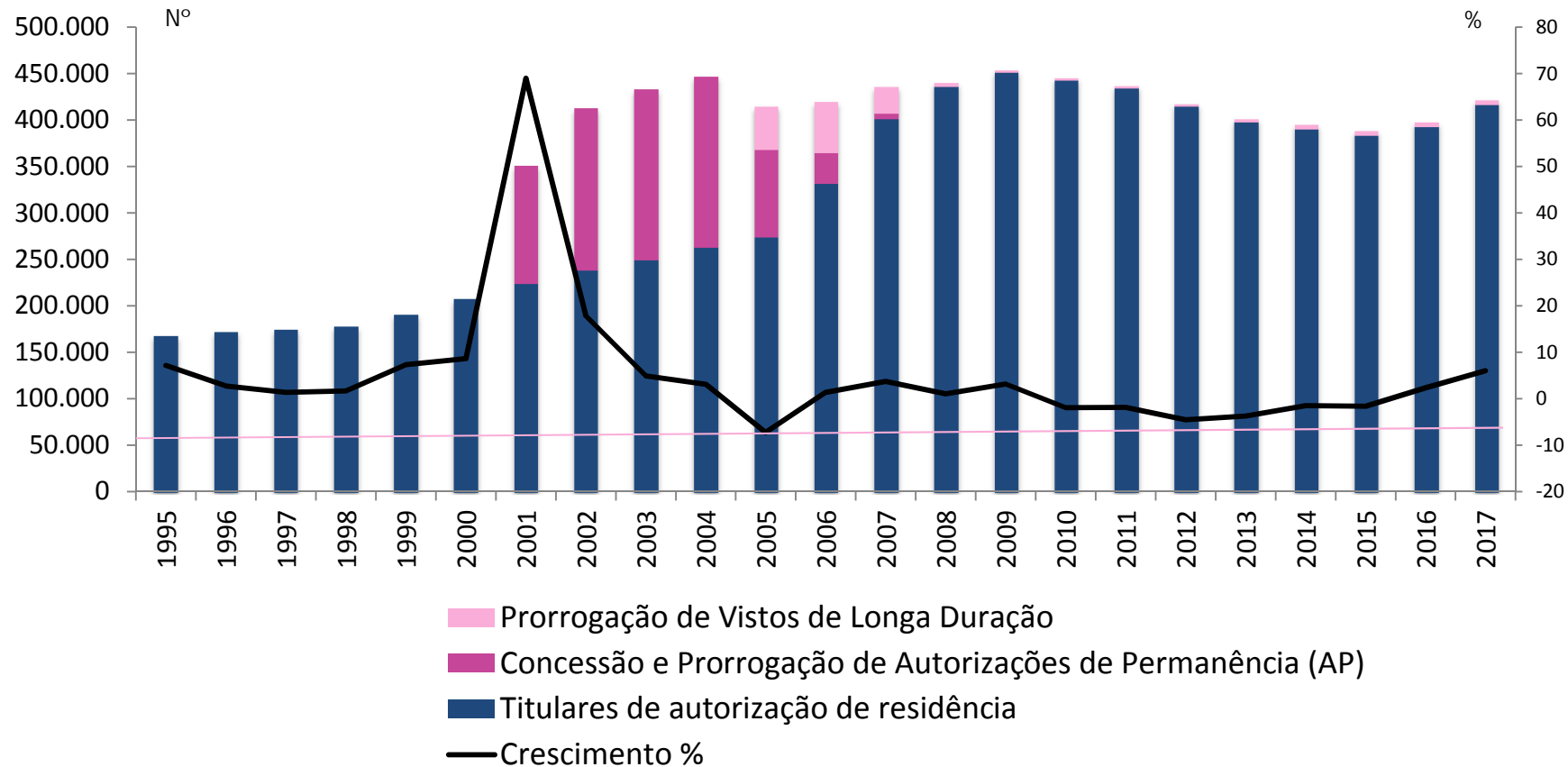
Anos de referência do Relatório: 2016 e 2017, desagregada por estrangeiros versus portugueses & para as 10 nacionalidades numericamente mais representadas em Portugal



- Movimentos migratórios internacionais (ESS, EUROSTAT, ONU, INE)
- Entrada, permanência e saída de estrangeiros (MNE, SEF, OIM)
- Características sociodemográficas da população estrangeira (INE, SEF)
- Demografia (EUROSTAT, INE)
- Educação e Qualificações (EUROSTAT, OCDE, Ministério da Educação)
- Aprendizagem da Língua Portuguesa (OCDE, Eurobarómetro, Ministério da Educação – PLNM; PPT-ACM; Camões I.P.)
- Trabalho (EUROSTAT, INE, Quadros de Pessoal, GEP, ACT, IEFP)
- Inclusão Social: risco de pobreza ou exclusão social; estrangeiros no sistema de segurança Social (EUROSTAT; INE; MTSS)
- Habitação (ICOR-Inquérito às Condições de vida e Rendimento do INE; EUROSTAT)
- Acesso à nacionalidade portuguesa (OCDE, Conservatória dos Registos Centrais, INE)
- Recenseamento Eleitoral de Estrangeiros (Direção-Geral da Administração Interna-Administração Eleitoral)
- Estrangeiros e o Sistema de Justiça: reclusos e criminalidade julgada e condenada (Direção-Geral dos Serviços Prisionais, Direção-Geral da Política da Justiça)
- Discriminação de base racial e étnica (Eurobarómetro; ESS; EU MIDIS-FRA; CICDR – ACM; ACT; Provedor de Justiça; Unidade de Apoio à Vítima Migrante, etc)
- Remessas (Banco de Portugal)
- Saúde (EUROSTAT; Inquérito Nacional de Saúde -INE; ICOR do INE)

47 fontes estatísticas e administrativas (32 fontes nacionais e 15 internacionais)  
305 indicadores

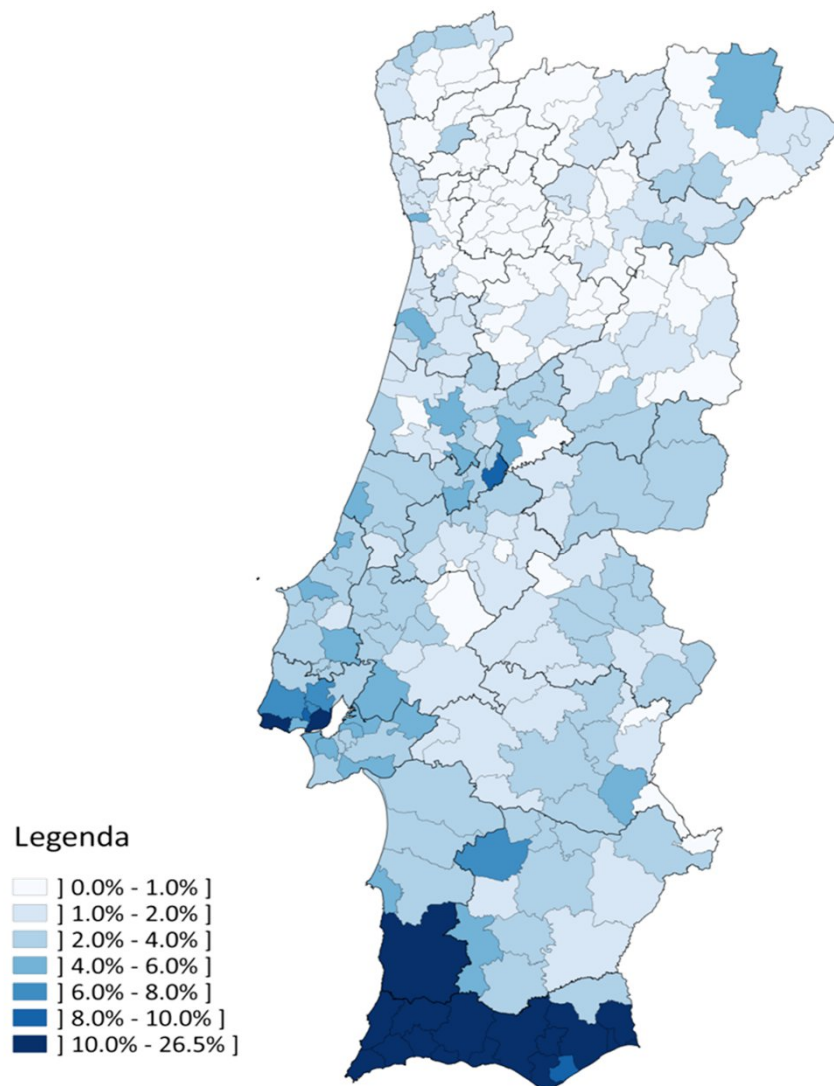
Total de população estrangeira com títulos de residência em Portugal, entre 1995 e 2017



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (cálculos das autoras)

Em 2017, o stock de população estrangeira residente em Portugal registada no SEF perfazia os 421.711 cidadãos estrangeiros, refletindo uma recuperação da trajetória de declínio: face ao ano de 2015, em 2016 regista-se um aumento de +2,3% no número de estrangeiros residentes e em 2017 o aumento foi de +6%, quando desde 2011 se observava um decréscimo da população estrangeira residente.

Percentagem de estrangeiros no total da população residente, por município, em 2017



Em 2017, os cidadãos estrangeiros representavam 4,1% do total de residentes em Portugal.

Mantendo a tendência de anos anteriores, em 2017 a população estrangeira está sobretudo concentrada no distrito de Lisboa (43% dos estrangeiros declararam residir nesse distrito).

Se atendermos aos municípios onde os estrangeiros assumem maior impacto no total de residentes desse território, destacam-se os municípios do Algarve: Albufeira (27% dos residentes são estrangeiros); Vila do Bispo (26%), Lagos (24%); Aljezur (21%), e Odemira (20%) & alguns municípios de Lisboa: Lisboa (13%), Cascais (10%) e Amadora (9%).

Fonte: Serviço de estrangeiros e Fronteiras e INE- Estimativas Anuais da População Residente (cálculos das autoras).



# Principais nacionalidades



| Principais nacionalidades | 2016    |      | 2017    |      | Variação 2016-2017 |       |
|---------------------------|---------|------|---------|------|--------------------|-------|
|                           | Nº      | %    | Nº      | %    | Nº                 | %     |
| 1º Brasil                 | 81.251  | 20,4 | 85.426  | 20,3 | +4175              | +5,1  |
| 2º Cabo Verde             | 36.578  | 9,2  | 34.986  | 8,3  | -1592              | -4,4  |
| 3º Ucrânia                | 34.490  | 8,7  | 32.453  | 7,7  | -2037              | -5,9  |
| 4º Roménia                | 30.429  | 7,7  | 30.750  | 7,3  | +321               | +1,1  |
| 5º China                  | 22.503  | 5,7  | 23.197  | 5,5  | +694               | +3,1  |
| 6º Reino Unido            | 19.384  | 4,9  | 22.431  | 5,3  | +3047              | +15,7 |
| 7º Angola                 | 16.994  | 4,3  | 16.854  | 4,0  | -140               | -0,8  |
| 8º França                 | 11.293  | 2,8  | 15.319  | 3,6  | +4026              | +35,7 |
| 9º Guiné-Bissau           | 15.653  | 3,9  | 15.198  | 3,6  | -455               | -2,9  |
| 10º Itália                | 8.523   | 2,1  | 12.925  | 3,1  | +4402              | +51,6 |
| Total de estrangeiros     | 397.731 | 100  | 421.711 | 100  | +23.980            | +6,0  |

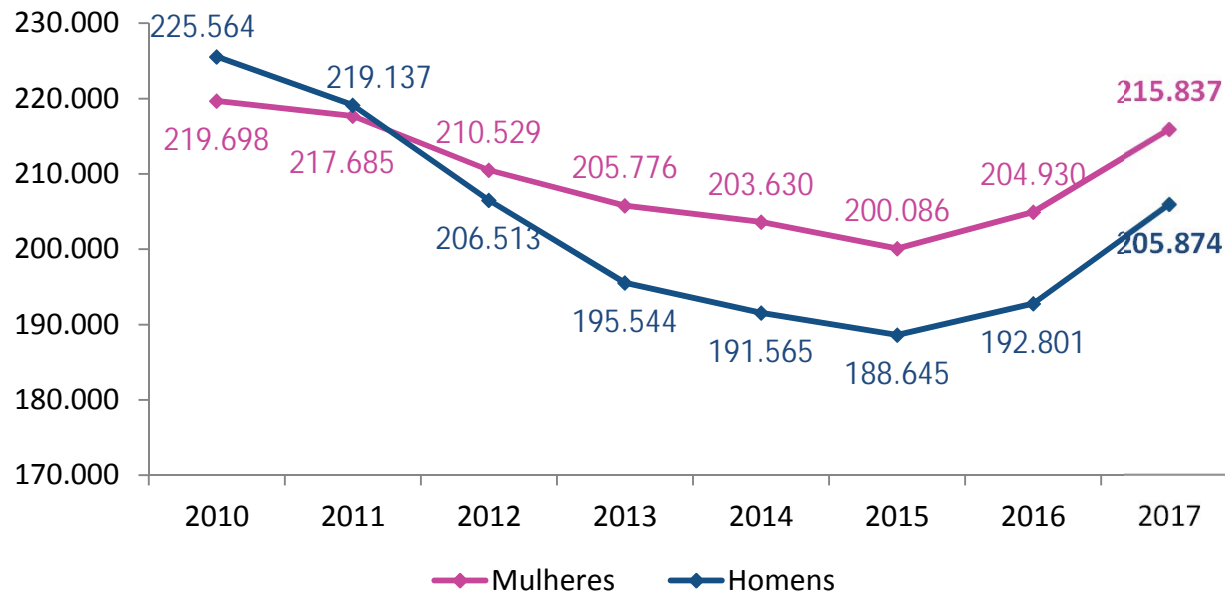
Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (cálculos das autoras).

Em 2016 e 2017, a estrutura das dez nacionalidades estrangeiras numericamente mais expressivas em Portugal sofre alterações, nomeadamente associadas ao aumento de nacionais de alguns países da União Europeia (e.g. Itália e França) e da Ásia (e.g. China), e à diminuição de algumas nacionalidades dos PALOP (e.g. Cabo-Verde; Angola, Guiné-Bissau).

Contrastando com a evolução positiva da população brasileira, chinesa e dos países da União Europeia (Reino Unido, França e Itália), verifica-se um decréscimo na maioria das nacionalidades estrangeiras residentes – em particular da Ucrânia e dos países de língua oficial portuguesa.

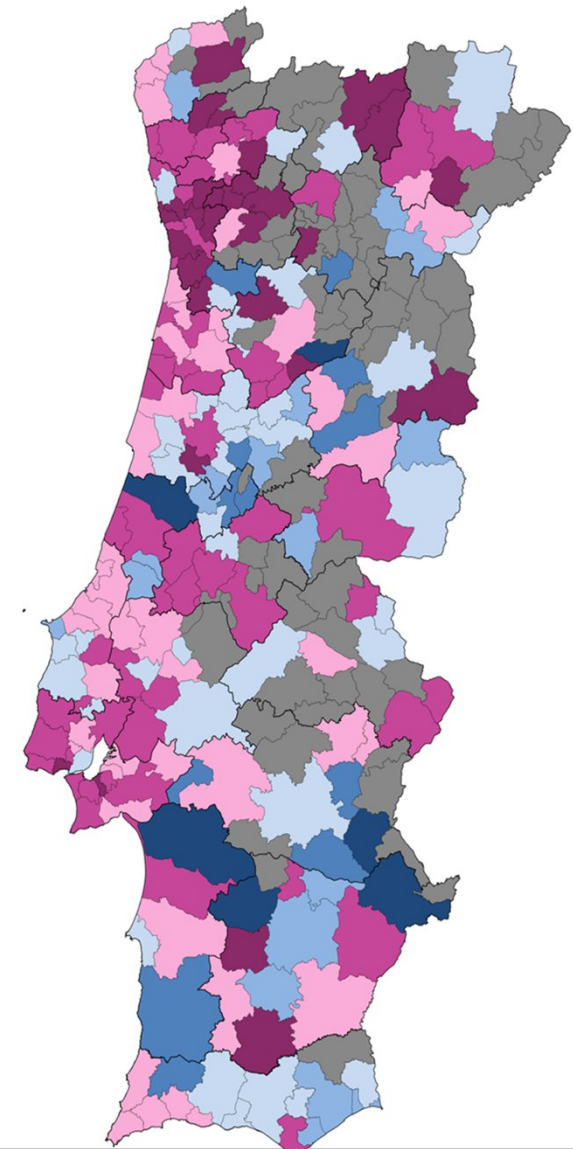


# Distribuição por sexo



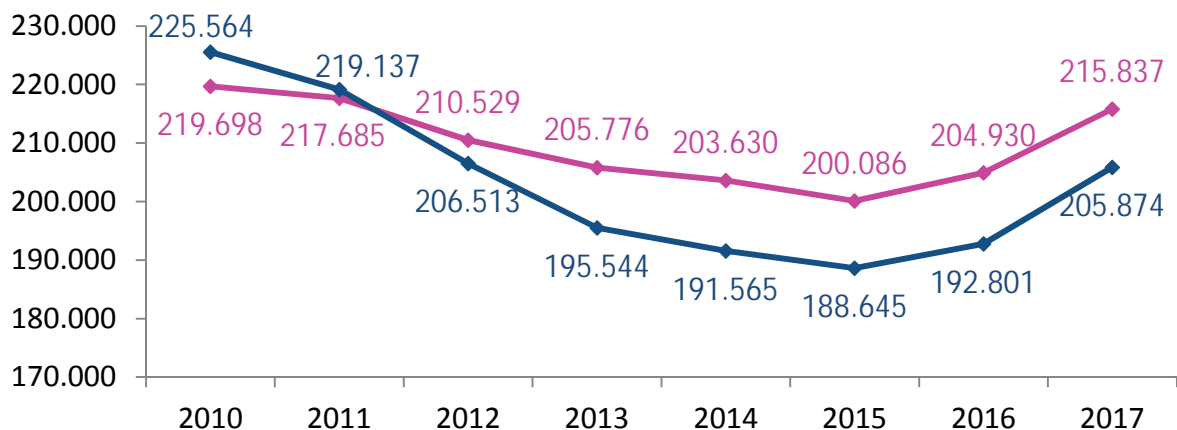
Fonte: INE- Estimativas Anuais da População Residente (cálculos das autoras).

Percentagem de mulheres estrangeiras no total de residentes estrangeiros em cada município de Portugal Continental, 2017

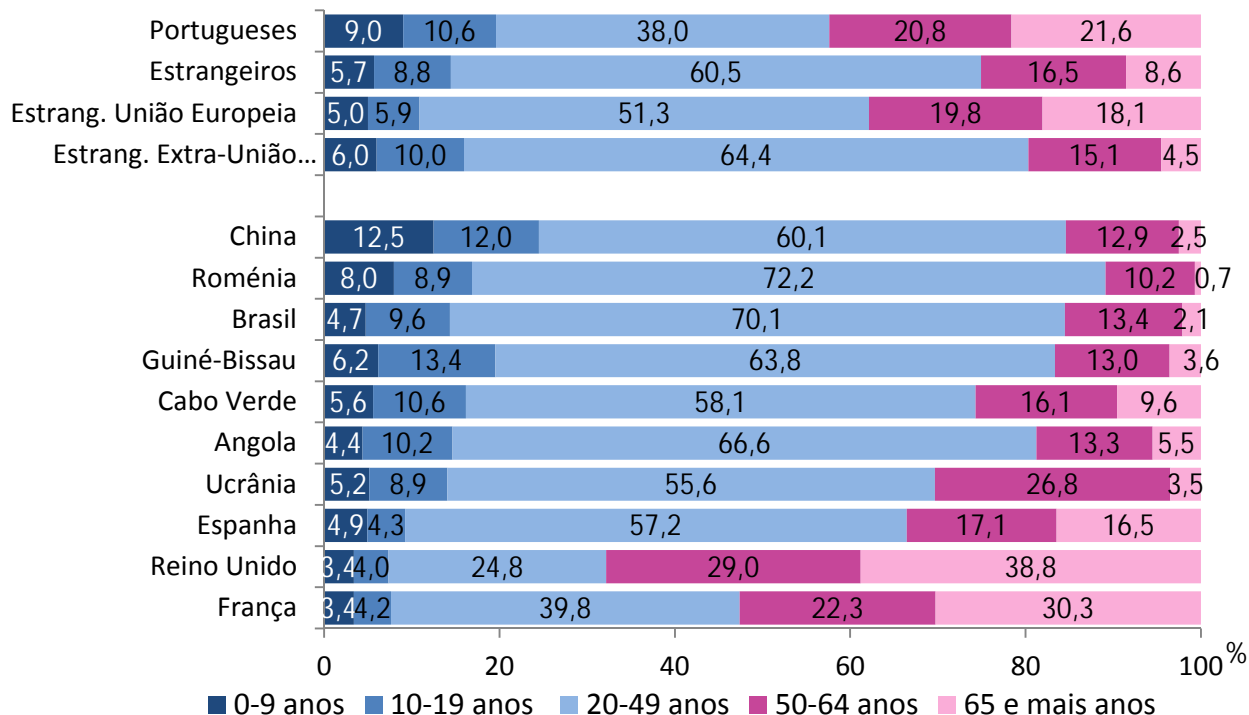


Em 2017, a população estrangeira residente é maioritariamente composta por mulheres (51%), o que reforça a tendência de feminização dos fluxos imigratórios para Portugal observada desde 2012.

# Distribuição por grupos etários



◆ Mulheres
 ◆ Homens

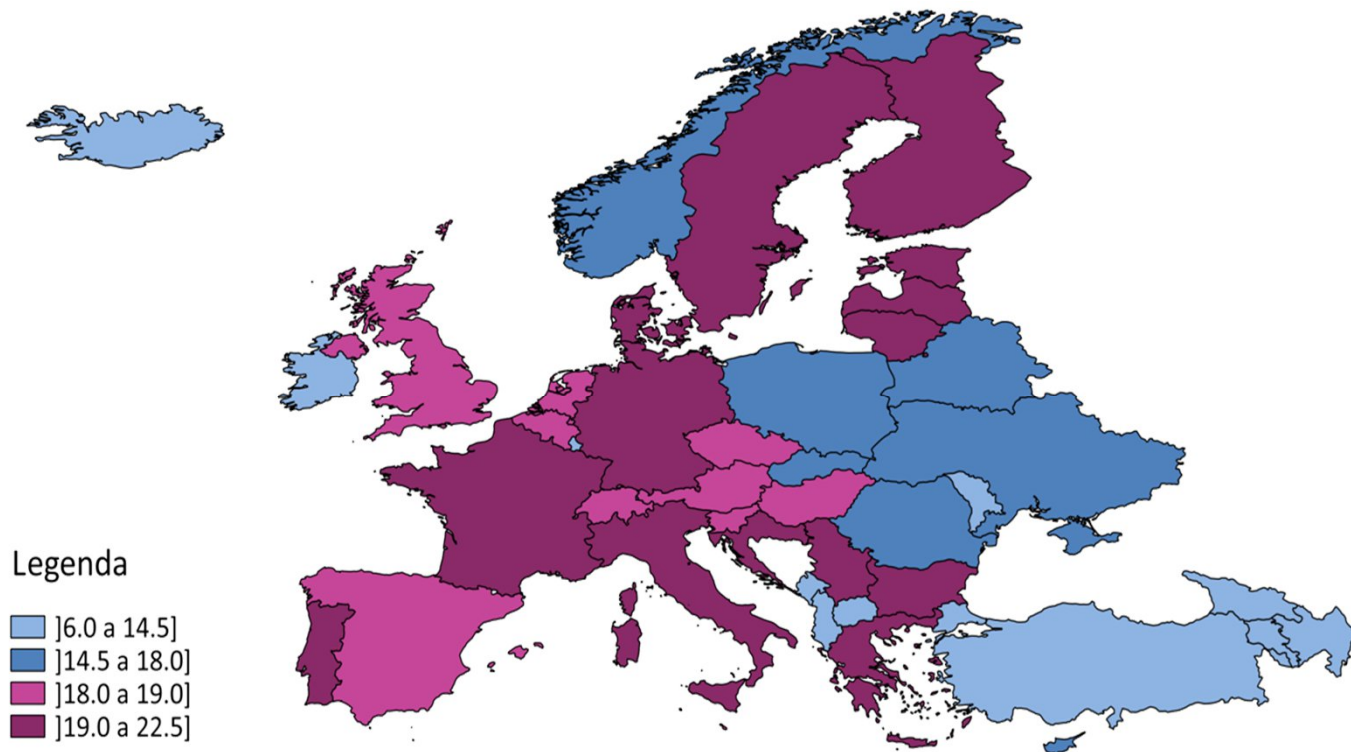


Em 2017, a população estrangeira residente é maioritariamente composta por mulheres (51%), o que reforça a tendência de feminização dos fluxos imigratórios para Portugal observada desde 2012.

A população estrangeira é tendencialmente mais jovem que a população de nacionalidade portuguesa. A pop. estrangeira mostra uma grande concentração nas idades jovens e ativas, entre os 20-49 anos (61%), quando a pop. portuguesa tem neste intervalo de idades 38%. Nota-se ainda que apenas 9% dos estrangeiros tem 65 ou mais anos, quando os portugueses têm 22% nessas idades.

Nacionais de países da União Europeia mais envelhecidos & nacionais da China, Roménia, Guiné-Bissau e Cabo Verde com estruturas etárias mais jovens.

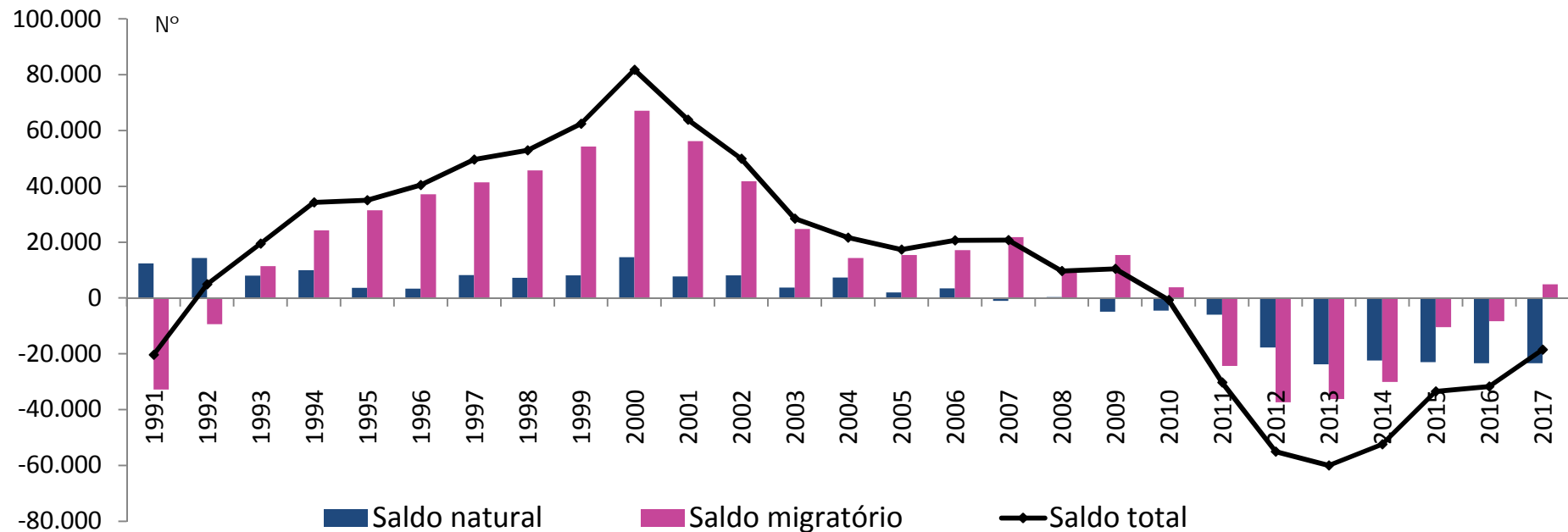
Percentagem da população com 65 e mais anos de idade na UE28, em 2016



Fonte: Eurostat (sistematização pela equipa OM).

Portugal o quarto país com maior proporção de idosos da UE: em 2016 a proporção de idosos apurada para Portugal (21,1%) era apenas ultrapassada por três países europeus (Itália – 22,3%; Grécia – 21,5% e Alemanha – 21,2%).

# Papel da imigração num país envelhecido?



A partir de 2010 Portugal combina saldos naturais negativos com saldos migratórios negativos = saldos populacionais totais negativos.

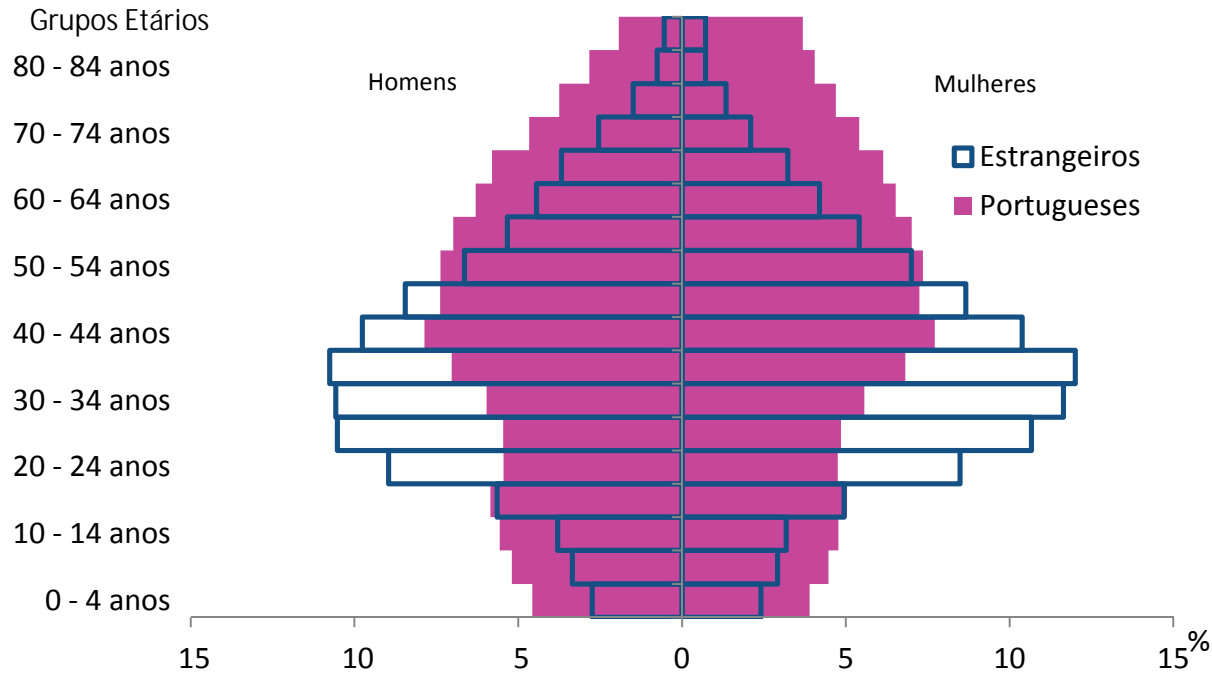
EMBORA em 2017 regresse a saldos migratórios positivos, o país manteve saldos populacionais totais negativos (migrações não estão a conseguir compensar saldo natural).



Portugal contexto demográfico frágil = taxa de fecundidade baixa + aumento esperança média de vida

Envelhecimento demográfico em Portugal

# Papel da imigração num país envelhecido?



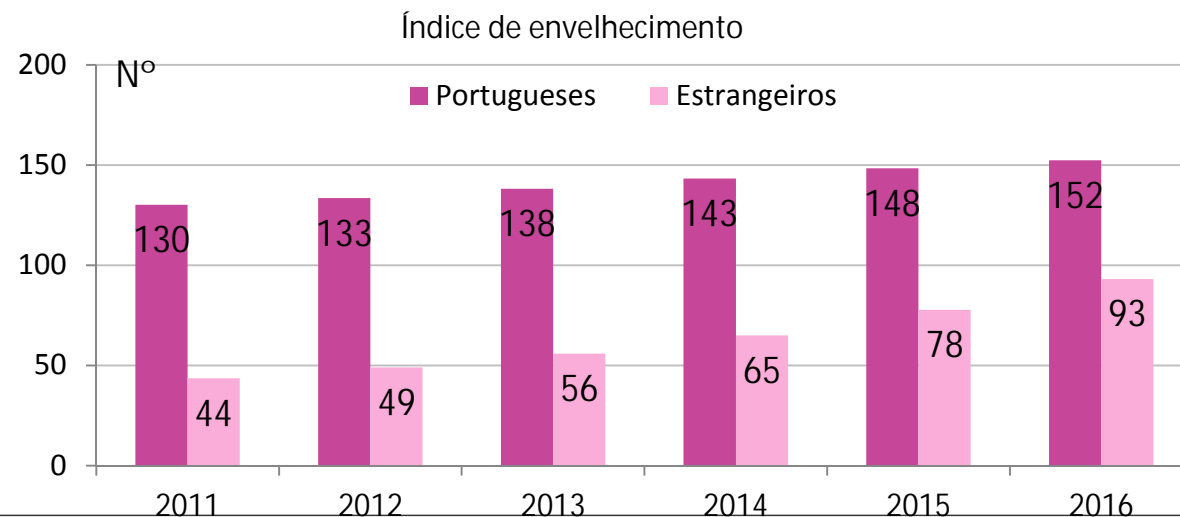
Contributo positivo dos imigrantes para a demografia portuguesa.



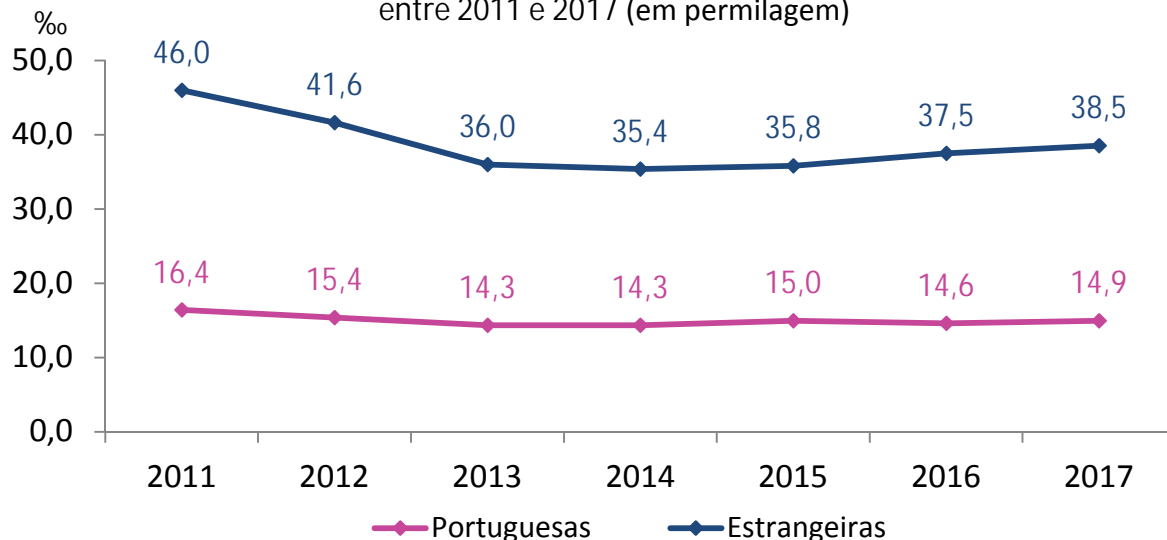
A população estrangeira é tendencialmente mais jovem que a população de nacionalidade estrangeira.

Os estrangeiros residentes apresentam índices de envelhecimento mais baixos, apresentando menos idosos que jovens (em 2016 foram 93 idosos por cada 100 jovens, quando para os portugueses a relação nesse ano foi de 152 idosos por cada 100 jovens).

O Índice de Envelhecimento dos estrangeiros mostra valores apenas comparáveis com a realidade portuguesa de finais da década de 1990, quando o índice de envelhecimento da população total residente em Portugal se situava nos cerca de 93 idosos por cada 100 jovens (1998).

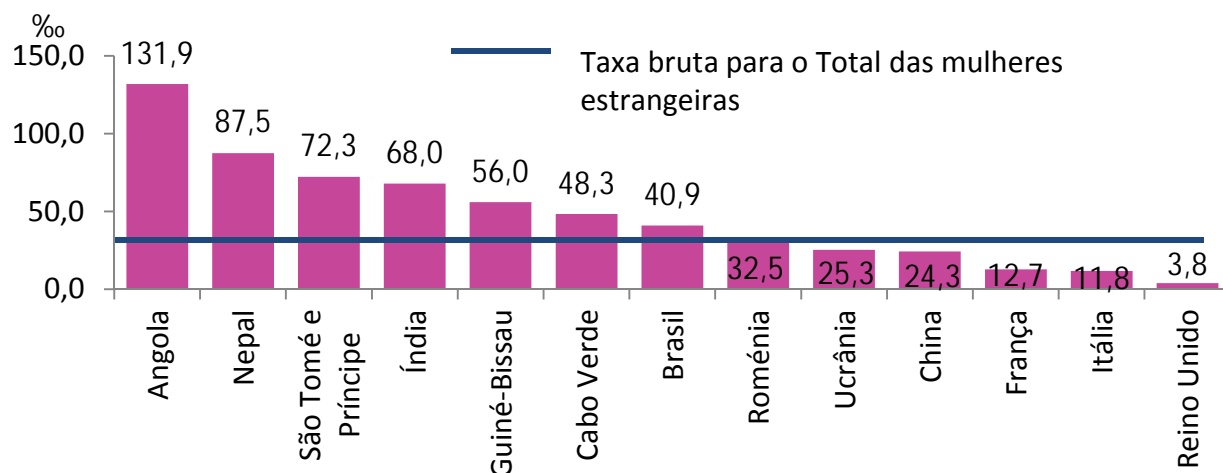


Taxa bruta de natalidade feminina, por nacionalidade, entre 2011 e 2017 (em permilagem)



Em 2017, as mulheres de nacionalidade estrangeira foram responsáveis por 10% do total dos nados-vivos (quando os estrangeiros são 4,1% da população total). A evolução dos dois últimos anos, contrasta com os primeiros anos da presente década. Entre 2011 e 2015 observou-se um decréscimo gradual dos nados-vivos de mães com nacionalidade estrangeira (-28,4%, ou seja, -2.839 nados-vivos), que dá sintomas de recuperação a partir de 2016 (+7,3% face ao ano anterior e +8,2% em 2017, face ao ano anterior).

Taxa bruta de natalidade feminina, por principais nacionalidades estrangeiras, em 2017 (em permilagem)

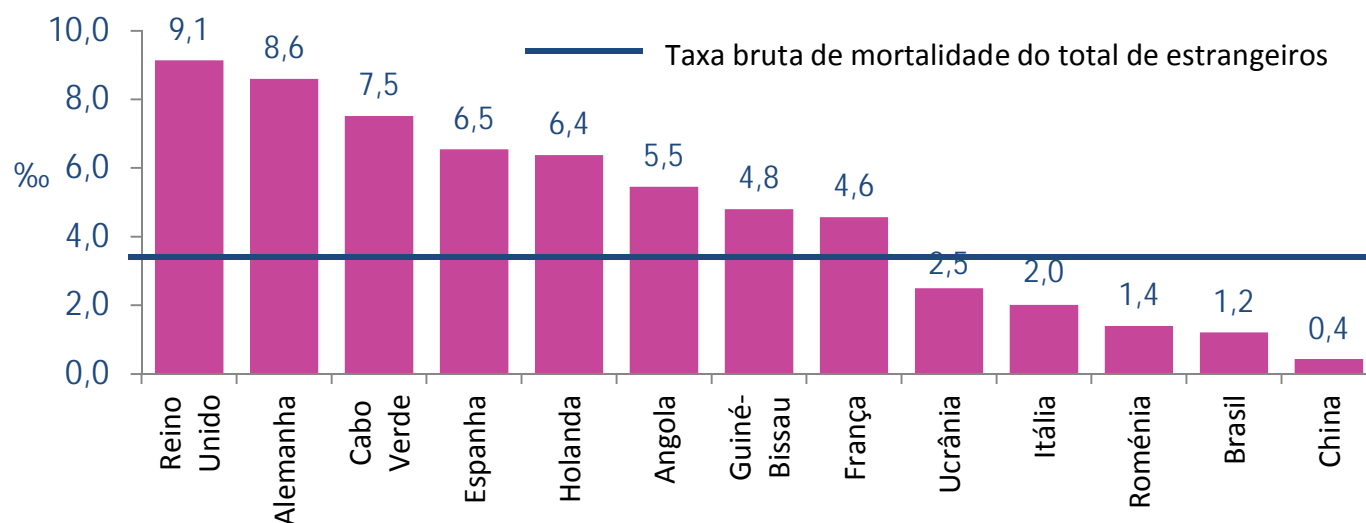


Os estrangeiros apresentam uma população mais jovem e em idade fértil. As mulheres estrangeiras com idades entre os 15 e os 49 anos de idade apresentam taxas de natalidade superiores às mulheres portuguesas: No ano de 2017 nota-se que por cada 1000 mulheres verifica-se mais do dobro da prevalência de nascimentos na população estrangeira (39 por cada 1000 mulheres) por comparação ao verificado na população portuguesa (15 por cada 1000 mulheres). São as mulheres africanas (angolanas, são-tomenses, guineenses, cabo-verdianas) e asiáticas as que revelam maiores taxas de natalidade. As mulheres da UE28 revelam taxas mais baixas.



| Ano                | Total   | Portugueses | Estrangeiros |     | União Europeia (28) |            | Fora da União Europeia |            |
|--------------------|---------|-------------|--------------|-----|---------------------|------------|------------------------|------------|
|                    | N       | N           | N            | %   | N                   | % estrang. | N                      | % estrang. |
| 2011               | 103.201 | 101.525     | 1.676        | 1,6 | 723                 | 43,1       | 953                    | 56,9       |
| 2012               | 107.969 | 106.423     | 1.546        | 1,4 | 711                 | 46,0       | 835                    | 54,0       |
| 2013               | 106.864 | 105.296     | 1.568        | 1,5 | 613                 | 39,1       | 955                    | 60,9       |
| 2014               | 105.219 | 103.555     | 1.664        | 1,6 | 766                 | 46,0       | 898                    | 54,0       |
| 2015               | 108.922 | 107.291     | 1.631        | 1,5 | 758                 | 46,5       | 873                    | 53,5       |
| 2016               | 110.573 | 109.034     | 1.529        | 1,4 | 677                 | 44,3       | 852                    | 55,7       |
| 2017               | 109.586 | 108.031     | 1.545        | 1,4 | 653                 | 42,3       | 892                    | 57,7       |
| Variação 2011-2017 | +6,6    | +6,5        | +12,2        |     | +25,6               |            | +4,1                   |            |

Entre 2011 e 2017 verificou-se um aumento de +6,5% de óbitos na população portuguesa, e um aumento de +12,2% na população estrangeira a que se deve essencialmente à mortalidade dos cidadãos da União Europeia, (+25,6%), refletindo que são essas as nacionalidades estrangeiras com estruturas etárias mais envelhecidas e com maior expressão de indivíduos com mais de 65 anos - os óbitos de cidadãos extracomunitários têm também um aumento entre 2011 e 2017 (+4,1%).



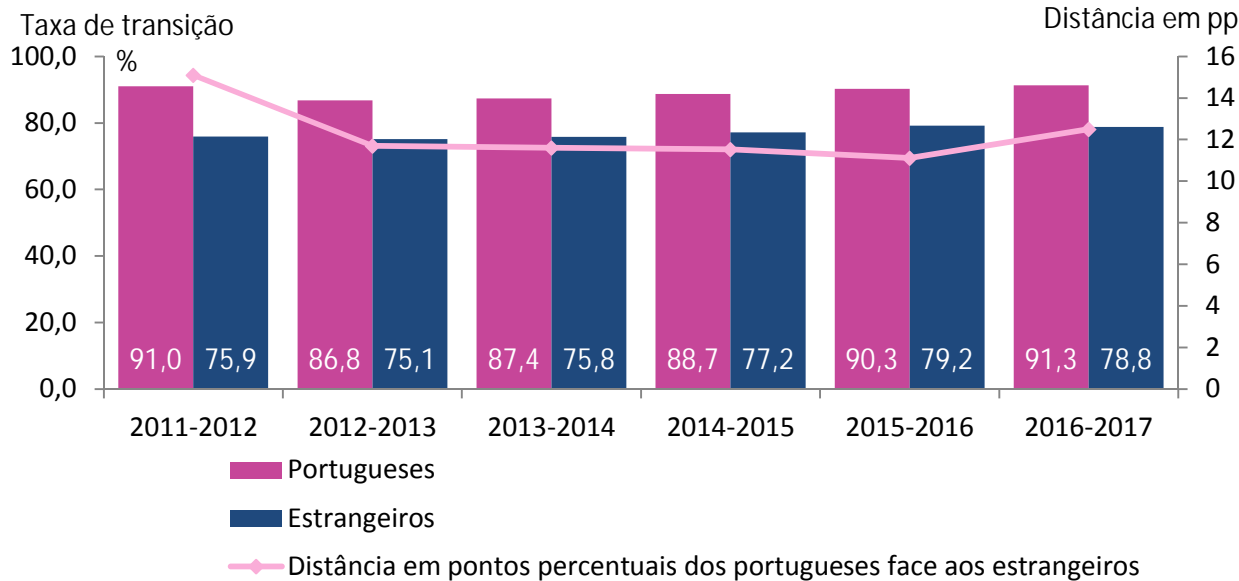
Taxa bruta de mortalidade é bastante inferior na população estrangeira (3,7 em cada 1000 habitantes, em 2017) por comparação à portuguesa (10,9 em cada 1000 habitantes em 2017). São os cidadãos da União Europeia e dos PALOP aqueles que revelam maior número de óbitos por 1000 residentes.



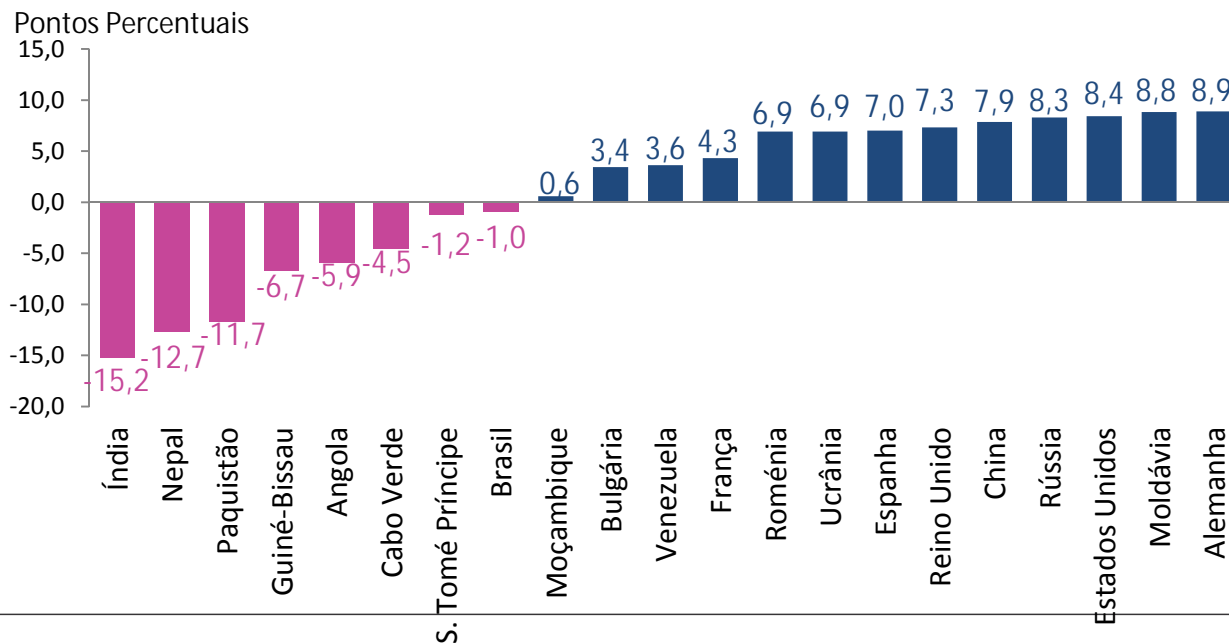
# Educação e qualificações: ensino básico e secundário



Percentagem de alunos estrangeiros que transitaram no ensino básico e secundário



Embora os alunos estrangeiros apresentem globalmente níveis de sucesso escolar inferiores aos verificados para os alunos de nacionalidade portuguesa, face ao início desta década nota-se uma melhoria da performance escolar dos alunos estrangeiros (em 2016-2017 subida de +3pp na taxa de transição/conclusão face a 2011-2012 e de +4pp face a 2012/2013).



Os alunos estrangeiros com melhores resultados são os alunos da Europa de Leste (+8,5 pontos percentuais que o total de estrangeiros), os alunos da União Europeia (+6,5pp que o total de estrangeiros), da América do Norte (+8,2pp) e dos “outros países da europa” (+9,1pp).

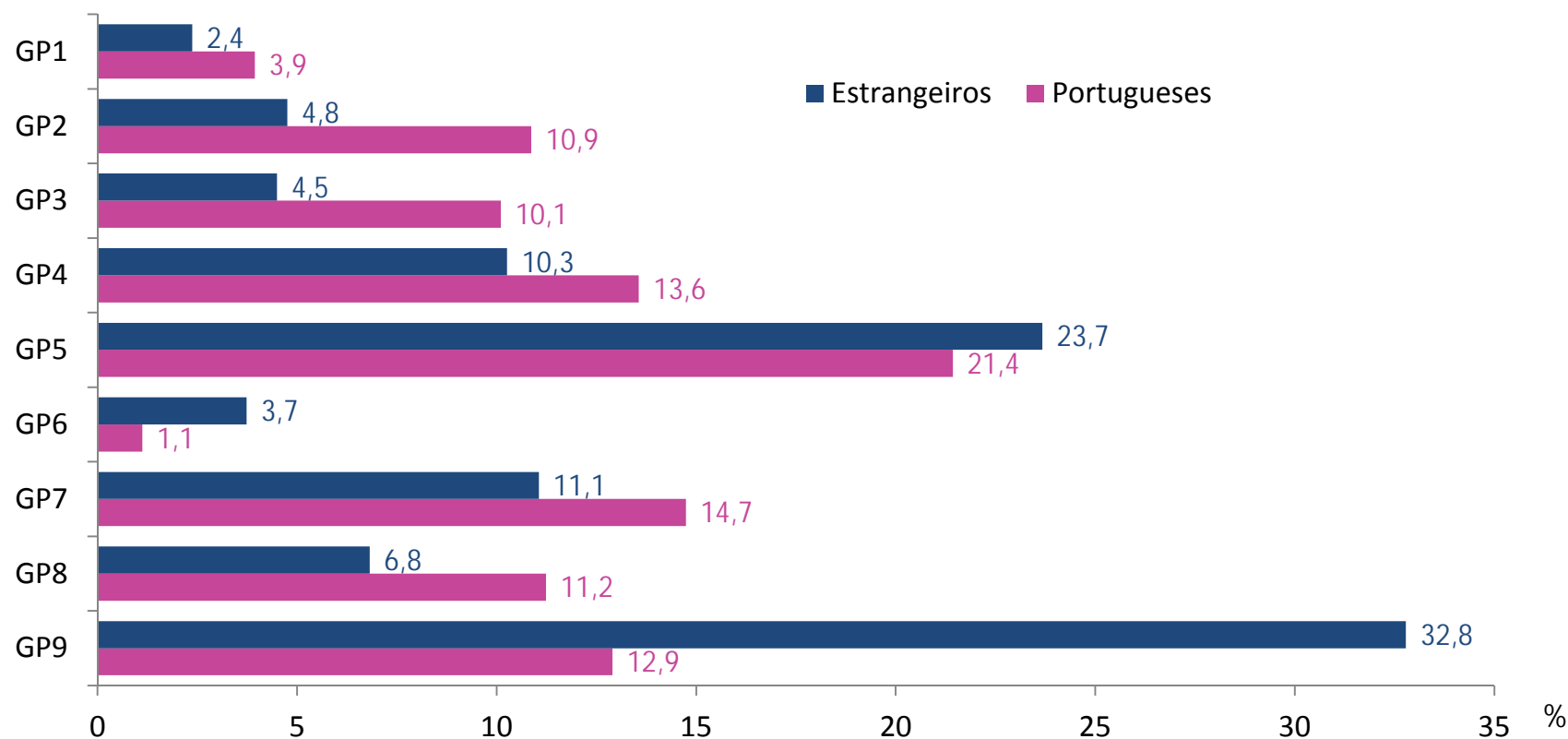
Com piores resultados estão os alunos dos PALOP (-4,7 pp) e os alunos asiáticos (-2,8 pp)

## Setores de atividade e grupos profissionais

Trabalhadores estrangeiros sobre representados nos grupos profissionais da base: 51% dos trabalhadores estão nos grupos profissionais 7, 8 e 9 (+12 pontos percentuais que os portugueses), especialmente no GP9 (+20pp).

O outro grupo profissional onde os estrangeiros estão bastante representados é o GP5 (trabalhadores dos serviços pessoais, em 2016 eram 23,7%, +2pp que os nacionais)

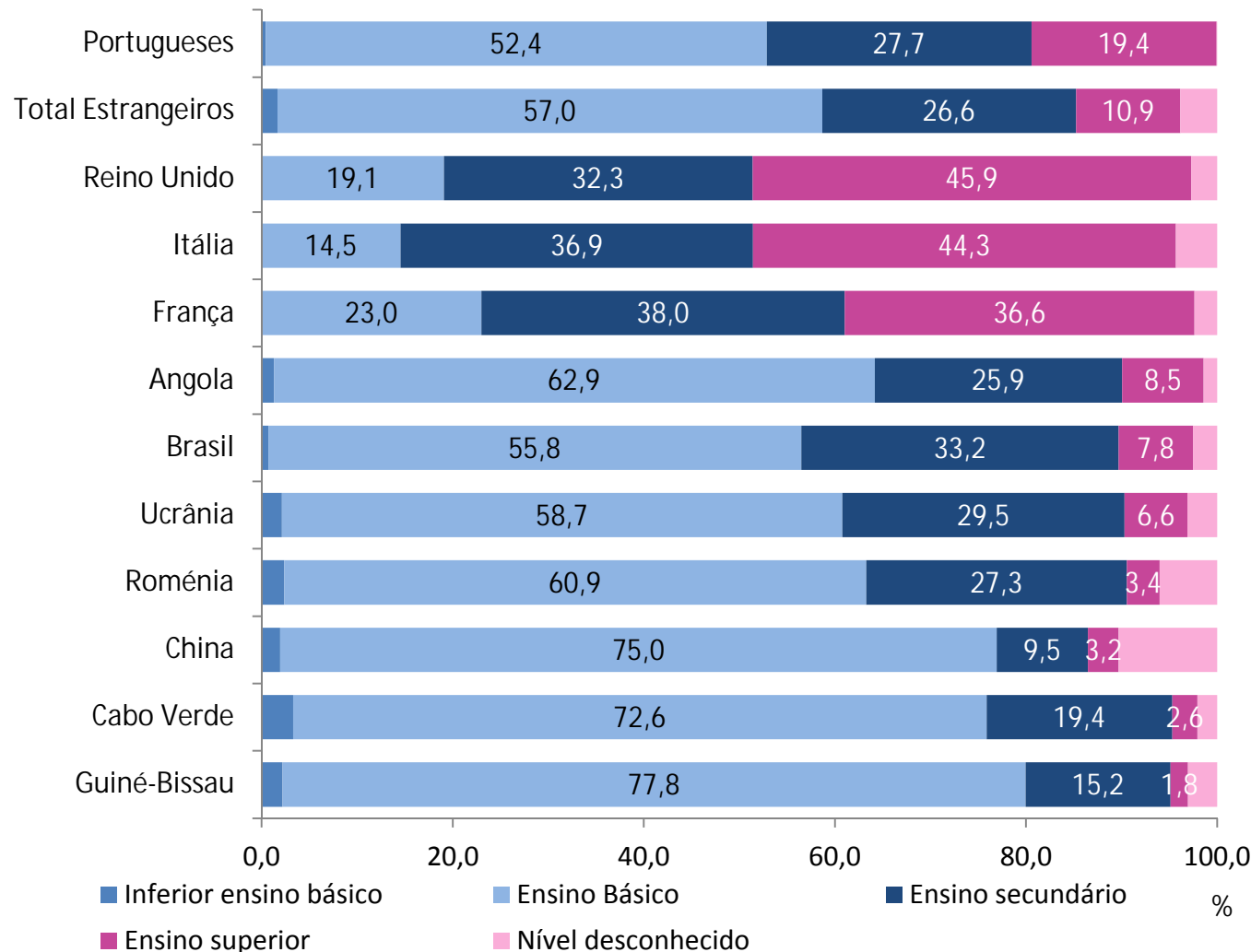
Trabalhadores por conta de outrem, portugueses e estrangeiros, por grupo profissional, em 2016 (%)



Fonte: GEP/Quadros de Pessoal

## Habilitações dos estrangeiros ativos

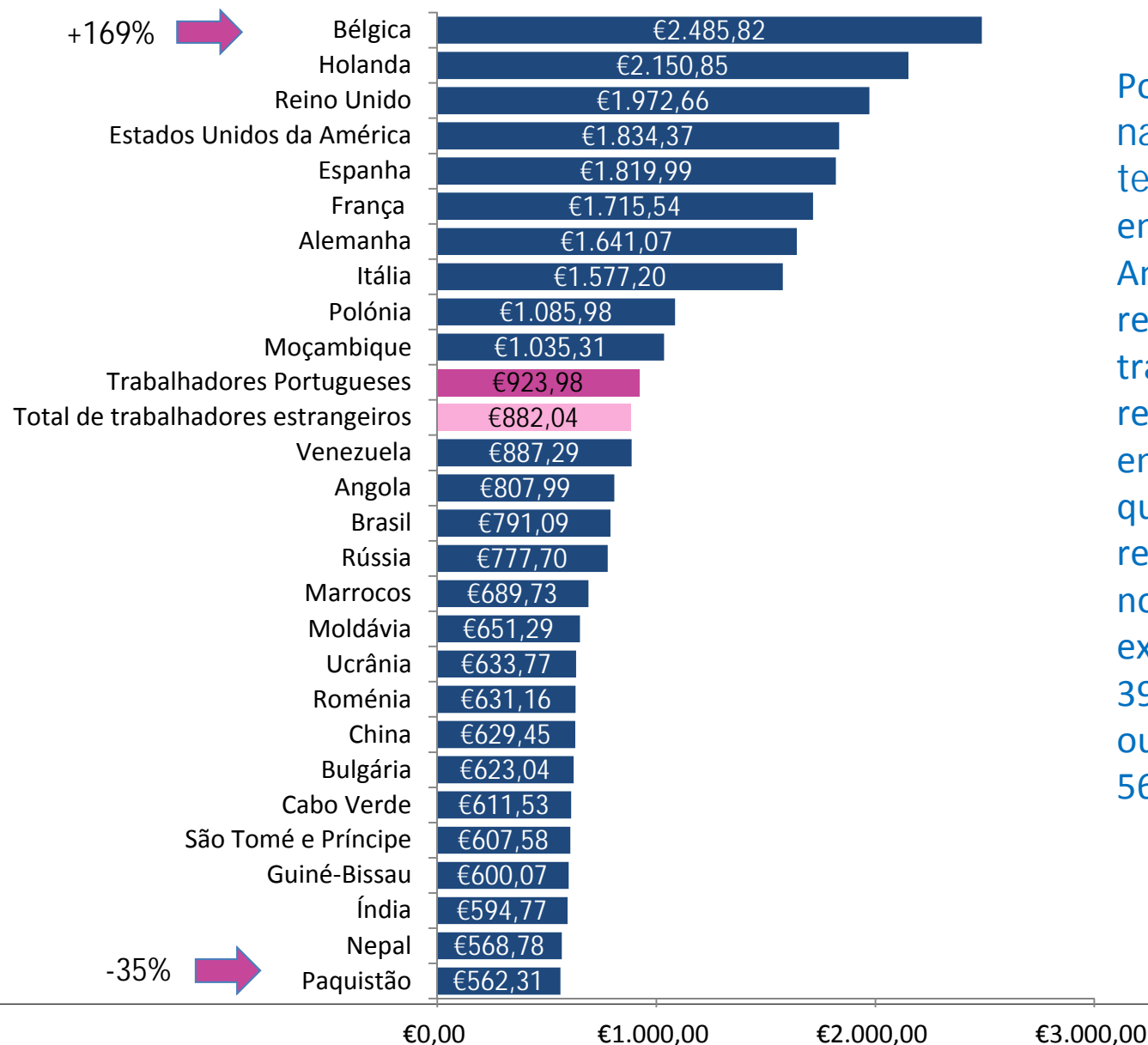
Trabalhadores por conta de outrem, por país de nacionalidade, segundo nível de habilitações, em 2016 (%)



Mantendo a tendência de anos anteriores, entre os trabalhadores extracomunitários, são os trabalhadores brasileiros e ucranianos os que apresentam maior importância relativa de trabalhadores com habilitações médio-superiores (41% e 36%, respetivamente). Os cabo-verdianos são aqueles que concentram mais trabalhadores com habilitações mais baixas (inferiores ao ensino básico)

As nacionalidades que mais se destacam nos níveis mais elevados de habilitações são os europeus: os trabalhadores do Reino Unido concentravam 78% de trabalhadores nas habilitações médio-superiores, os italianos (81% com habilitações médio-superiores) e os franceses (concentravam nesses níveis 75% dos seus trabalhadores).

## Remunerações por nacionalidade do Trabalhador



Por comparação aos portugueses, são os nacionais dos países terceiros que tendem a obter menores remunerações, enquanto os nacionais de países da UE e América do Norte tendem a obter remunerações mais altas: nos trabalhadores estrangeiros com remunerações base mais altas encontramos em 2016 os belgas (+169% que os trabalhadores portugueses, recebiam em 2015 em média 2.485€), já no extremo oposto encontramos por exemplo os paquistaneses ou nepaleses (-39% e -38% que o total de trabalhadores, ou seja, em média em 2016 recebiam 562€ e 568€, respetivamente).

## Empregadores estrangeiros

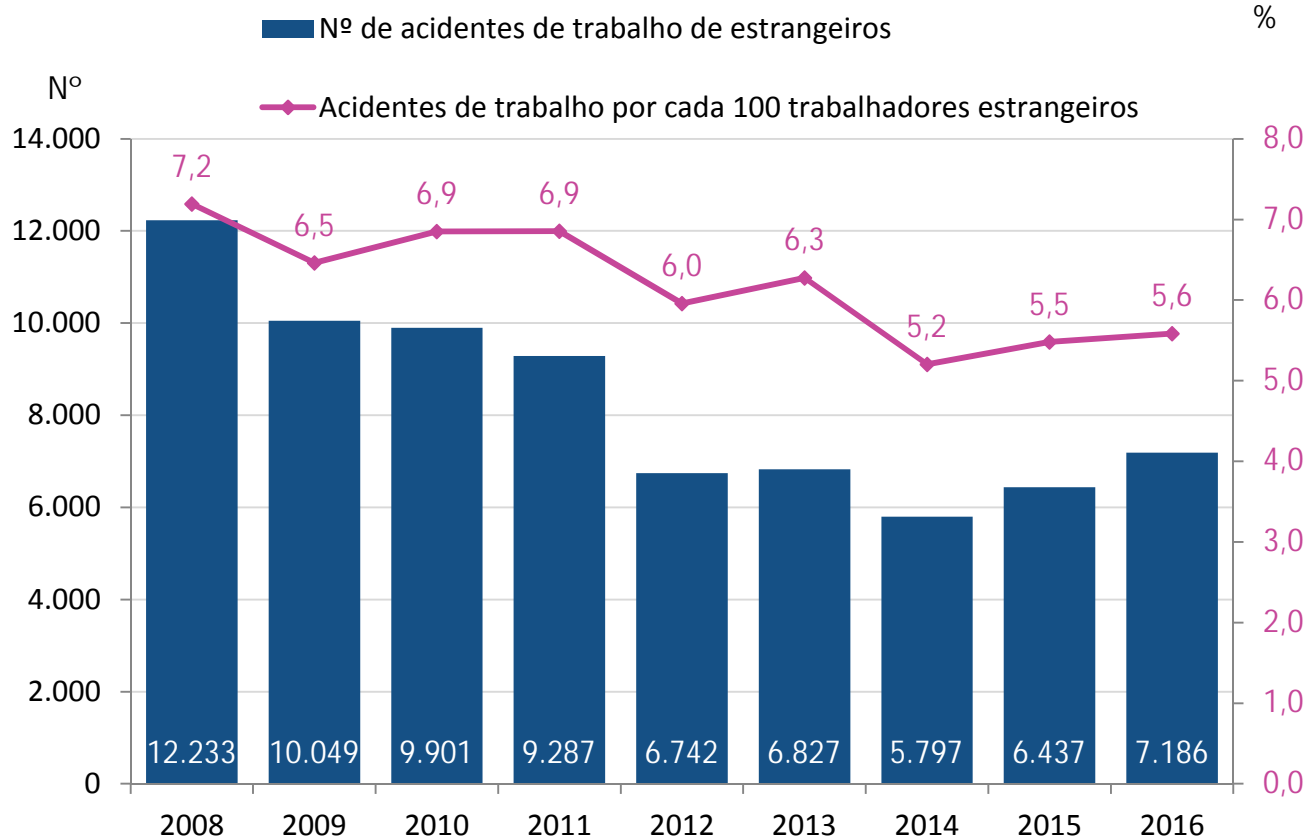
- Empregadores estrangeiros: O peso relativo de empregadores estrangeiros no total de empregadores registados nos Quadros de Pessoal tem vindo a aumentar nos últimos anos (representavam 3,58% em 2012 e passam a representar 4,12% em 2016).
- Aumentos superiores aos empregadores portugueses: taxa de variação de empregadores estrangeiros em 2016 foi muito superior (+5,2%) à variação dos empregadores portugueses (+0,9%); entre 2012 e 2016 o número de empregadores estrangeiros cresceu mais (+17%) que os trabalhadores por conta de outrem estrangeiros registados nos Quadros de Pessoal (+13,5%).

| Ano  | Peso relativo de empregadores estrangeiros no total de empregadores do país (%) | Peso relativo de trabalhadores estrangeiros no total de trabalhadores no país (%) | Taxa de variação de empregadores estrangeiros entre anos (%) | Taxa de variação de empregadores portugueses entre anos (%) |
|------|---|---|--|---|
| 2012 | 3,58  | 4,62  | -  | -4,9  |
| 2013 | 3,71  | 4,46  | +2,3   | -1,3  |
| 2014 | 3,72  | 6,33  | +1,5   | +1,2  |
| 2015 | 3,96  | 4,57  | +7,2   | +0,4  |
| 2016 | 4,12  | 4,82  | +5,2   | +0,9  |

Fonte: Quadros de Pessoal

- Entre os empregadores estrangeiros destacam-se os brasileiros e os chineses que no seu conjunto representam 41% do total de empregadores estrangeiros registados nos Quadros de Pessoal.
- A iniciativa empresarial dos estrangeiros mantém-se dominada por pequenas e médias empresas (87%), tendo 13% de empresas com mais de 10 trabalhadores, mostrando-se geradores de emprego em Portugal

## Sinistralidade laboral



Fonte: GEP/MTSSS (cálculos das autoras).

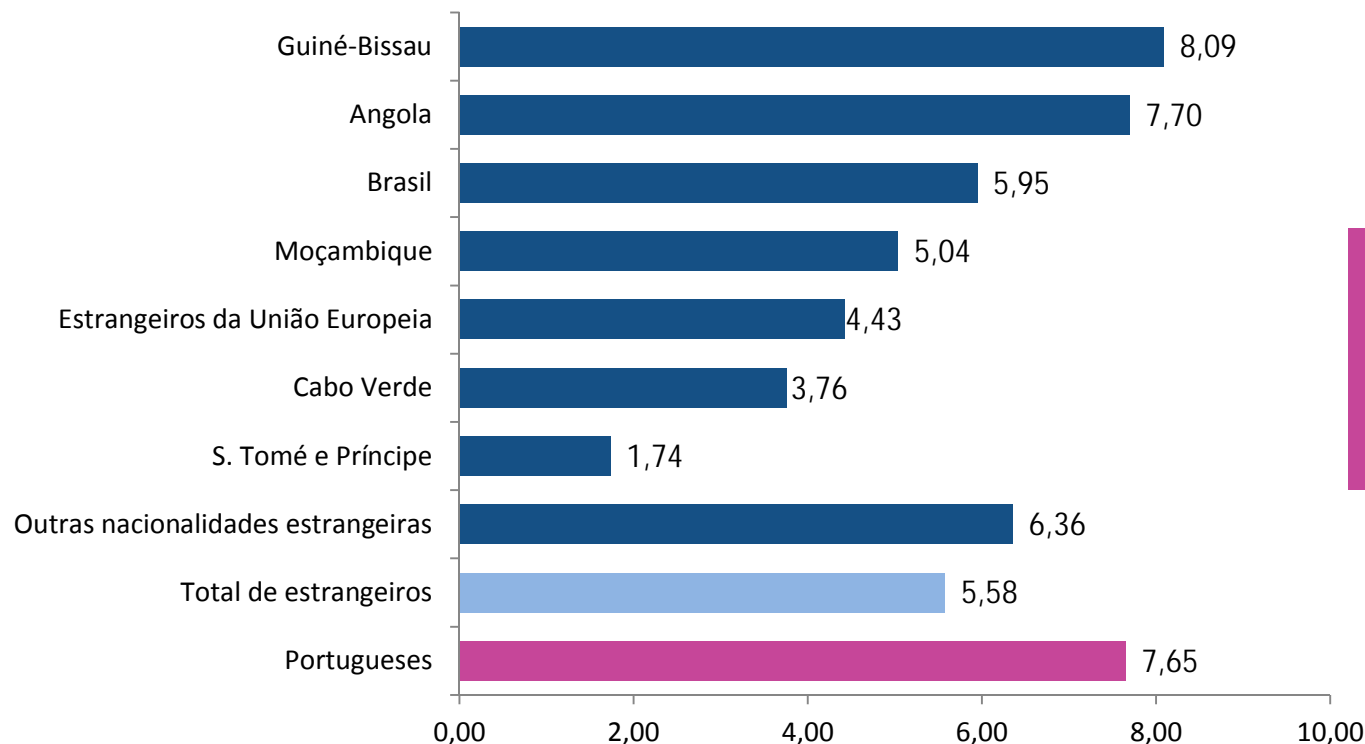
A segmentação do mercado de trabalho português, associando os estrangeiros às atividades manuais e mais exigentes, e por vezes mais arriscadas, e algumas características dos trabalhadores imigrantes (e.g. disponibilidade para trabalharem mais horas, trabalhadores menos informados acerca de direitos e deveres laborais, conhecimentos limitados acerca dos sistemas de segurança e saúde no trabalho) tende a gerar consequências negativas (maior exposição ao risco de acidentes de trabalho).

Portugal está entre os países europeus com mais elevadas taxas de sinistralidade laboral (7ª posição em 2016): Entre 2008 e 2014 sinistralidade laboral decresceu (-12% nos portugueses e -53% nos estrangeiros) – MAS em 2015 e 2016 observa-se o recuperar do número de acidentes laborais, nos portugueses (+2%) e especialmente nos estrangeiros (+24%), refletindo a recuperação da atividade económica nos setores de maior exposição à sinistralidade.

Em 2016, os estrangeiros apresentaram taxas de sinistralidade laboral mortal semelhantes que os portugueses (morreram 5 trabalhadores estrangeiros por cada 100.000 trabalhadores quando a proporção nos portugueses foi também de 5 acidentes mortais). Dez anos antes (em 2007) a proporção era de 13 acidentes mortais no caso dos estrangeiros e 9 acidentes no caso dos portugueses.

## Sinistralidade laboral

Acidentes de trabalho não mortais por cada 100 trabalhadores, segundo a nacionalidade, em 2016



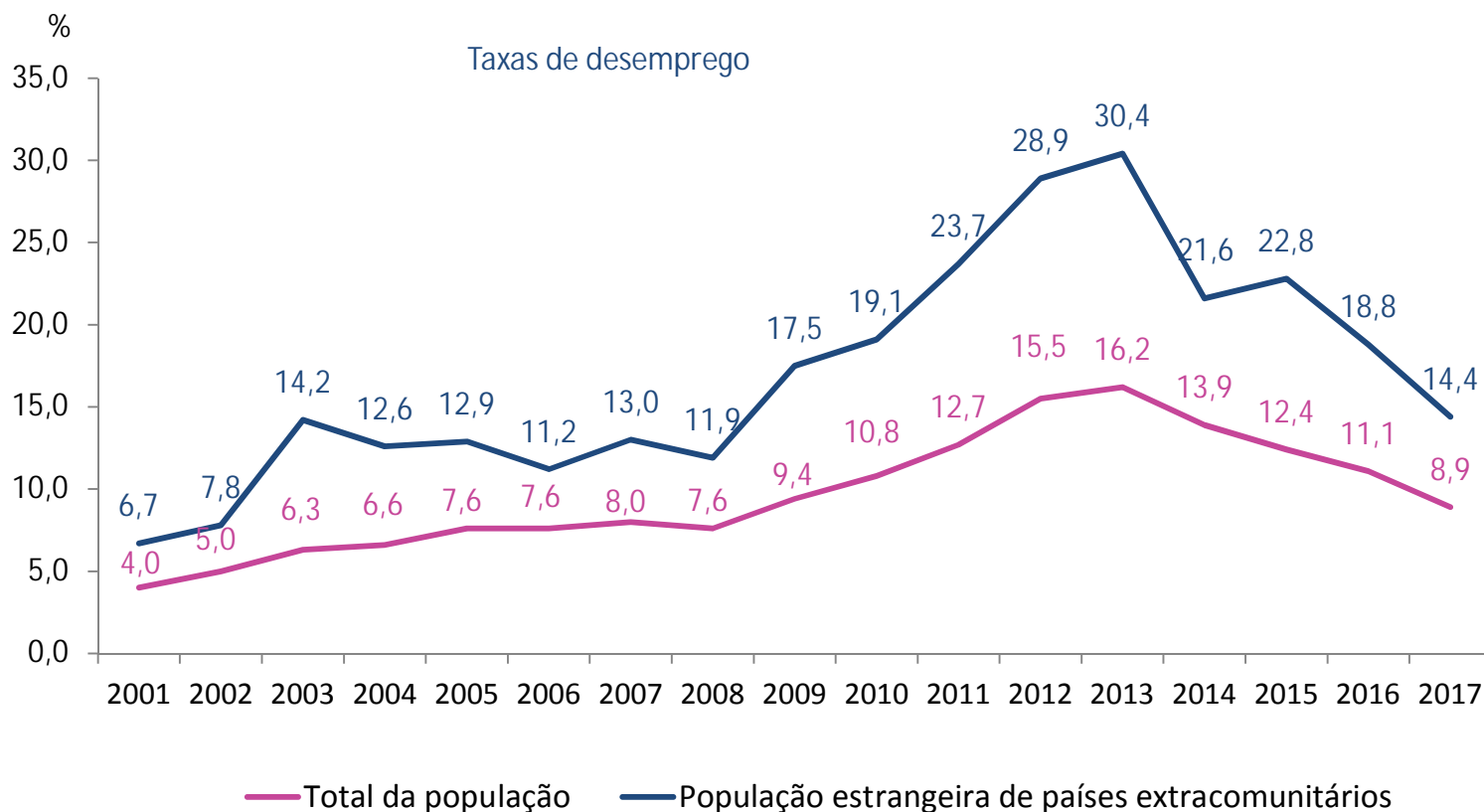
Em 2016, destacavam-se entre os trabalhadores estrangeiros, os guineenses, angolanos, brasileiros, com mais acidentes de trabalho por cada 100 trabalhadores.

Fonte: GEP/MTSSS



## Desemprego

- Estrangeiros mais vulneráveis ao desemprego que portugueses, particularmente os estrangeiros dos países extracomunitários e inseridos nos sectores mais sensíveis aos ciclos económicos (e.g. construção civil; indústria);
- Embora tenha aumentado a distância entre portugueses e estrangeiros entre 2008 e 2013, a partir do ano de 2014 há sintomas de melhoria (a taxa de desemprego dos extracomunitários passa de 30,4% em 2013 para 18,8% em 2016 e 14,4% em 2017).



Nas nacionalidades com mais desemprego registado estão os brasileiros (27,7%), ucranianos (11,2%) e os cabo-verdianos (9,8%).

## Desemprego

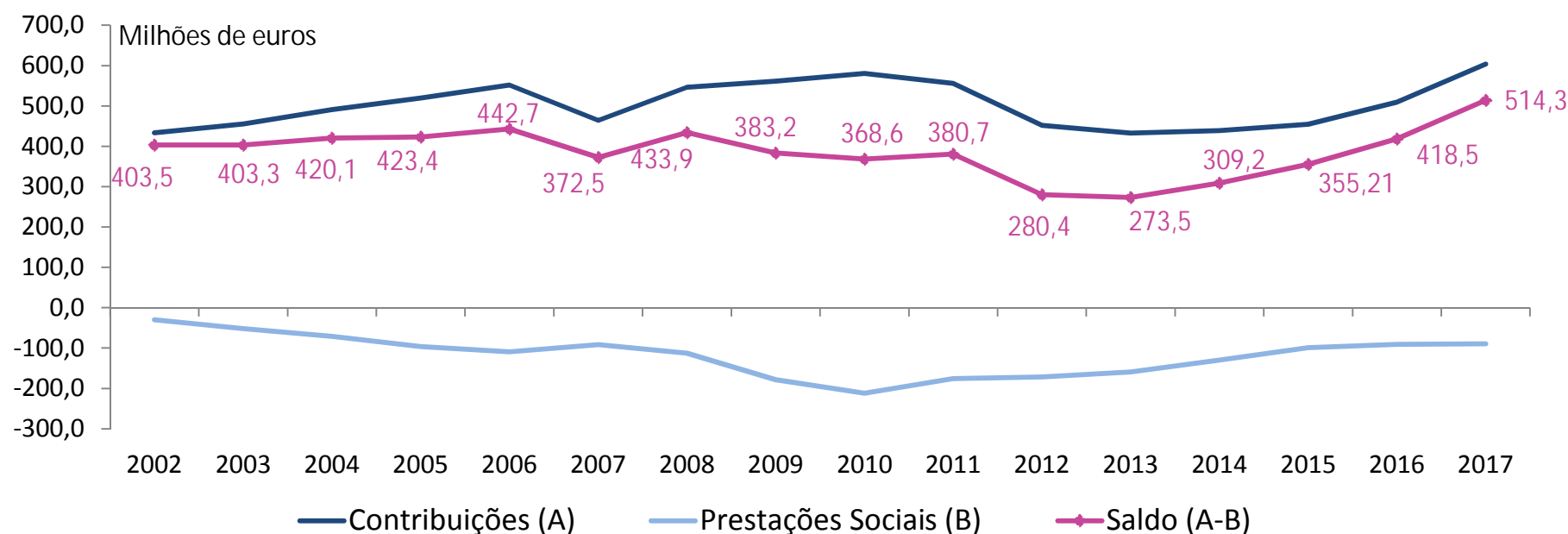
Desemprego registado de estrangeiros segundo as nacionalidades com maior número de desempregados inscritos, em 2017

| Nacionalidade       | 2016   |      | 2017   |      |
|---------------------|--------|------|--------|------|
|                     | N      | %    | N      | %    |
| Brasil              | 5.585  | 26,0 | 5.051  | 27,7 |
| Ucrânia             | 2.662  | 12,4 | 2.038  | 11,2 |
| Cabo Verde          | 2.480  | 11,6 | 1.794  | 9,8  |
| Roménia             | 1.598  | 7,5  | 1.364  | 7,5  |
| Angola              | 1.438  | 6,7  | 1.071  | 5,9  |
| Guiné-Bissau        | 1.169  | 5,5  | 953    | 5,2  |
| Bulgária            | 684    | 3,2  | 621    | 3,4  |
| Espanha             | 529    | 2,5  | 495    | 2,7  |
| Nepal               | 368    | 1,7  | 483    | 2,6  |
| São Tomé e Príncipe | 679    | 3,2  | 476    | 2,6  |
| Total estrangeiros  | 21.448 | 100  | 18.248 | 100  |

Nas nacionalidades com mais desemprego registado estão os brasileiros (27,7%), ucranianos (11,2%) e os cabo-verdianos (9,8%).

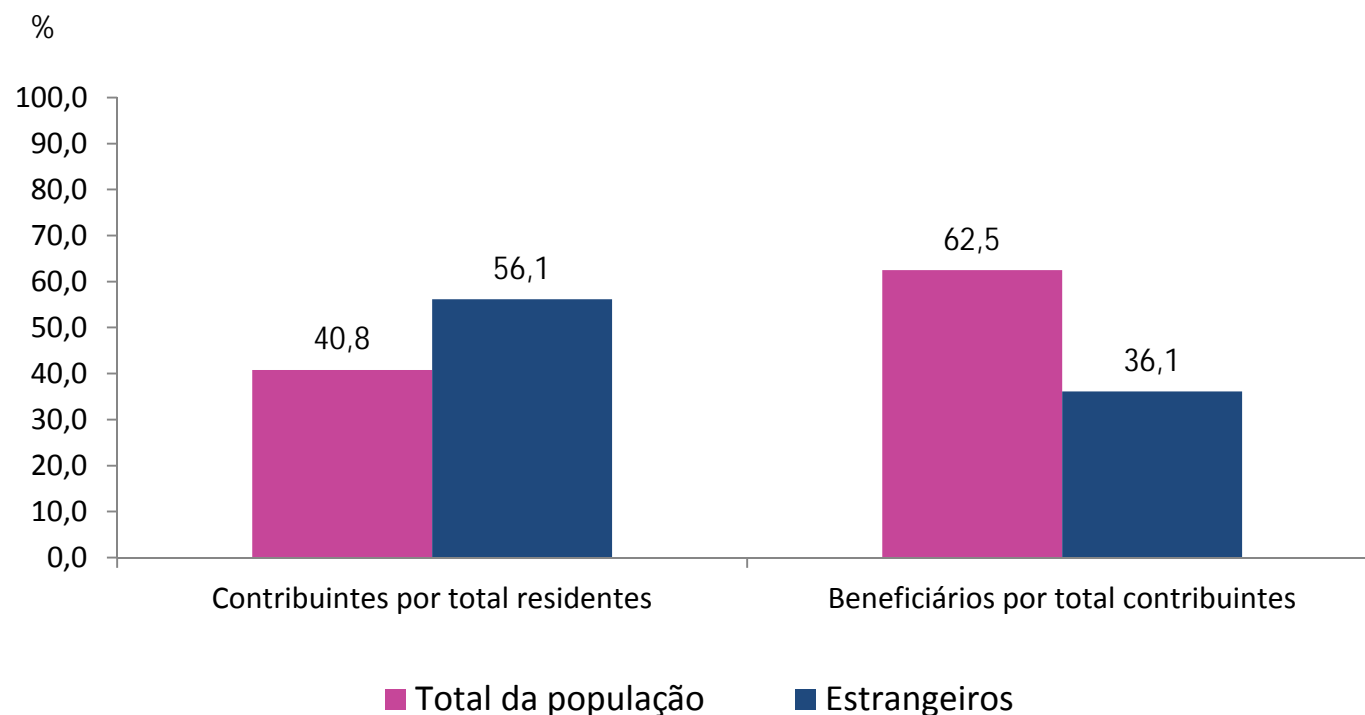
Fonte: IEFP

- Ao longo da última década (mesmo nos anos de crise e aumento do desemprego) o saldo financeiro do sistema de segurança social português com os estrangeiros é bastante positivo.
- Nos anos de crise (em especial entre 2011 e 2014) verificou-se uma diminuição do saldo financeiro: reflexo da redução das contribuições dos estrangeiros para a segurança social com a diminuição da população estrangeira no país;
- Verifica-se nos anos de referência deste relatório (2016 e 2017) uma tendência de recuperação do saldo para a segurança social com os contribuintes estrangeiros, sendo o saldo obtido em 2016 +418,5 milhões de euros e em 2017 +514,3 milhões de euros.
- O saldo de 2017, na relação das contribuições e das prestações sociais dos estrangeiros, atingiu valores inéditos desde o início deste século XXI.



- Relação de contribuintes por total de residentes é mais favorável para estrangeiros que portugueses (estrangeiros com +16 pontos percentuais de contribuintes por total de residentes que portugueses);
- Estrangeiros têm menos beneficiários de prestações sociais por contribuintes que os portugueses (relação de 36 para 100 nos estrangeiros face a uma relação de 63 para 100 para total de residentes).

Contribuintes e beneficiários, 2017



Fonte: MTSSS- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (cálculos das autoras).

# Estrangeiros e Segurança Social



| Nacionalidade      | 2017   |  |
|--------------------|--|--|
|                    | % de contribuintes por total de contribuintes estrangeiros | % de contribuintes por total de residentes |
| África             | 19,7   | 53,6                                       |
| PALOP              | 17,8   | 53,6                                       |
| Angola             | 3,3  | 46,7                                       |
| Cabo Verde         | 7,9  | 53,8                                       |
| Guiné-Bissau       | 3,9  | 60,2                                       |
| Moçambique         | 0,6  | 46,5                                       |
| S. T. Príncipe     | 2,1  | 57,1                                       |
| América            | 26,7   | 65,3                                       |
| Brasil             | 24,7   | 68,4                                       |
| Ásia               | 17,4   | 75,6                                       |
| China              | 4,5  | 46,1                                       |
| Índia              | 3,3  | 99,2                                       |
| Europa             | 36,2   | 46,7                                       |
| União Europeia     | 25,5   | 44,1                                       |
| Alemanha           | 1,8  | 37,3                                       |
| Bulgária           | 1,7  | 56,7                                       |
| Espanha            | 4,8  | 91,1                                       |
| França             | 2,5  | 38,5                                       |
| Reino Unido        | 1,9  | 19,7                                       |
| Roménia            | 7,1  | 54,3                                       |
| Europa de Leste    | 10,4   | 57,5                                       |
| Moldávia           | 1,4  | 64,9                                       |
| Rússia             | 0,7  | 40,3                                       |
| Ucrânia            | 8,1  | 58,9                                       |
| Oceânia            | 0,1  | 37,7                                       |
| Total estrangeiros | 100  | 56,1                                       |
| Total geral        | -  | 40,8                                       |

Em 2017, destacavam-se, entre os contribuintes estrangeiros, os brasileiros (24,7% do total de contribuintes estrangeiros), os ucranianos (8,1%) e cabo-verdianos (7,9%).

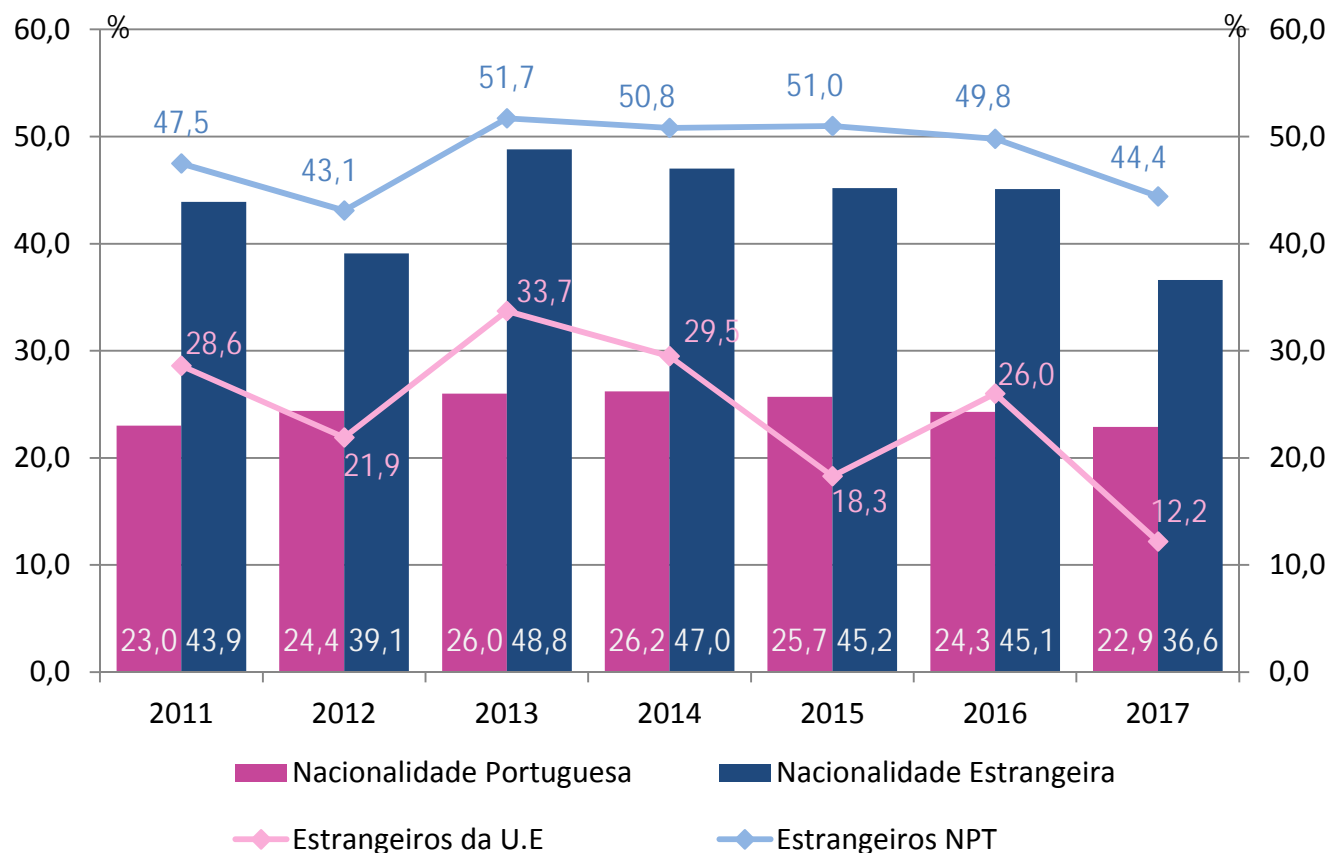
Diferentes capacidades contributivas. Em 2017, entre os europeus destacavam-se os espanhóis maior nº de contribuintes por cada 100 residentes. Entre os NPT, destacavam-se os indianos, brasileiros e moldavos.

Fonte: MTSSS- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (cálculos das autoras).

# Estrangeiros e Inclusão Social



População residente em risco de pobreza ou exclusão social em Portugal, segundo a nacionalidade, entre 2011 e 2017 (população residente com 18 anos ou mais) (%)



Observa-se em Portugal, à semelhança do verificado nos restantes países europeus, que os estrangeiros residentes apresentam maiores riscos de pobreza e vivem com maior privação material.

Em 2017 os residentes de nacionalidade portuguesa apresentavam menor risco de pobreza e situação de privação material severa (22,9%), que os estrangeiros residentes (36,6%). Nota-se, porém, uma clara melhoria no caso dos estrangeiros, face ao ano de 2016 e face aos valores mais altos registados na presente década (em 2013 quando o risco foi de 48,8%).

De notar que em 2017, entre os 24 países da União Europeia analisados, Portugal surge em décimo sétimo lugar, com os estrangeiros extracomunitários residentes a assumirem mais 21,5 pontos percentuais de risco de pobreza ou exclusão social que os nacionais. Com maiores distâncias entre nacionais e estrangeiros encontravam-se países como a Bélgica (43,4pp), Suécia (43,3pp), França (36,1pp) e Espanha (35,4pp).

## Subsídio de doença

Beneficiários estrangeiros de subsídio de doença, por país de nacionalidade, em 2017 (%)

| Nacionalidade      | 2017          |                               | (A) Rácio de montantes processados por beneficiários em 2017 (em euros) |
|--------------------|---------------|-------------------------------|---|
|                    | Beneficiários | Montantes (milhares de euros) |   |
| África             | 4.945         | 1.934                         | 391   |
| PALOP              | 4.619         | 1.810                         | 392   |
| Angola             | 866           | 399                           | 461   |
| Cabo Verde         | 2.234         | 818                           | 366   |
| Guiné-Bissau       | 761           | 287                           | 377   |
| Moçambique         | 145           | 82                            | 564   |
| S. Tomé e Príncipe | 613           | 225                           | 366   |
| América            | 5.913         | 2.715                         | 459   |
| Brasil             | 5.518         | 2.529                         | 458   |
| União Europeia     | 4.804         | 3.337                         | 695   |
| Europa de Leste    | 3.028         | 1.783                         | 589   |
| Ásia               | 1.326         | 373                           | 281   |
| Total estrangeiros | 20.064        | 10.178                        | 507   |

Em 2017, destacavam-se, entre os beneficiários estrangeiros de subsídio de desemprego, os brasileiros, os ucranianos e cabo-verdianos.

Os cidadãos da União Europeia são aqueles que recebem montantes mais elevados por cada beneficiário; os que recebem montantes mais baixos são os asiáticos, seguidos dos africanos.

Fonte: MTSSS- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (cálculos das autoras).



## Prestações de Parentalidade

Beneficiários estrangeiros de prestações de parentalidade, por país de nacionalidade, em 2017 (%)

| Nacionalidade      | 2017          |                               | (A) Rácio de montantes processados por beneficiários em 2017 (em euros) |
|--------------------|---------------|-------------------------------|---|
|                    | Beneficiários | Montantes (milhares de euros) |   |
| África             | 2.918         | 3.880                         | 1.330   |
| PALOP              | 2.718         | 3.616                         | 1.330   |
| Angola             | 366           | 446                           | 1.218   |
| Cabo Verde         | 1.415         | 1.888                         | 1.334   |
| Guiné-Bissau       | 439           | 583                           | 1.328   |
| Moçambique         | 51            | 102                           | 2.001   |
| S. Tomé e Príncipe | 447           | 598                           | 1.337   |
| América            | 2.501         | 4.207                         | 1.682   |
| Brasil             | 2.322         | 3.863                         | 1.664   |
| Ásia               | 1.176         | 1.374                         | 1.169   |
| União Europeia     | 1.923         | 4.821                         | 2.507   |
| Europa de Leste    | 819           | 1.298                         | 1.584   |
| Total estrangeiros | 9.353         | 15.623                        | 1.670   |

Em 2017, destacavam-se, entre os beneficiários estrangeiros prestações de parentalidade, os brasileiros, os cabo-verdianos, romenos e ucranianos.

Os cidadãos da União Europeia são aqueles que recebem montantes mais elevados por cada beneficiário; os que recebem montantes mais baixos são os asiáticos, seguidos dos africanos.

Fonte: MTSSS- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (cálculos das autoras).

## Abono de Família

Beneficiários estrangeiros de abono de família, por país de nacionalidade, em 2017 (%)

| Nacionalidade      | 2017          |                               | (A) Rácio de montantes processados por beneficiários em 2017 (em euros) |
|--------------------|---------------|-------------------------------|---|
|                    | Beneficiários | Montantes (milhares de euros) |   |
| África             | 12.203        | 6.071                         | 498   |
| PALOP              | 11.479        | 5.682                         | 495   |
| Angola             | 1.374         | 684                           | 498   |
| Cabo Verde         | 6.159         | 3.058                         | 497   |
| Guiné-Bissau       | 1.904         | 966                           | 507   |
| Moçambique         | 219           | 101                           | 461   |
| S. Tomé e Príncipe | 1.823         | 873                           | 479   |
| América            | 8.248         | 3.908                         | 474   |
| Brasil             | 7.916         | 3.757                         | 475   |
| Ásia               | 3.999         | 2.079                         | 520   |
| União Europeia     | 6.166         | 3.140                         | 509   |
| Europa de Leste    | 3.261         | 1.532                         | 470   |
| Total estrangeiros | 33.923        | 16.758                        | 494   |

Em 2017, destacavam-se, entre os beneficiários estrangeiros de abono de família, os brasileiros, os cabo-verdianos, romenos e ucranianos.

Os cidadãos Asiáticos e Africanos são aqueles que recebem montantes mais elevados por cada beneficiário; refletindo as nacionalidades com maiores taxas de fecundidade em Portugal.

Fonte: MTSSS- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (cálculos das autoras).

## Rendimento Social de Inserção

Agregados familiares estrangeiros com Rendimento Social de Inserção, por país de nacionalidade, em 2017 (%)

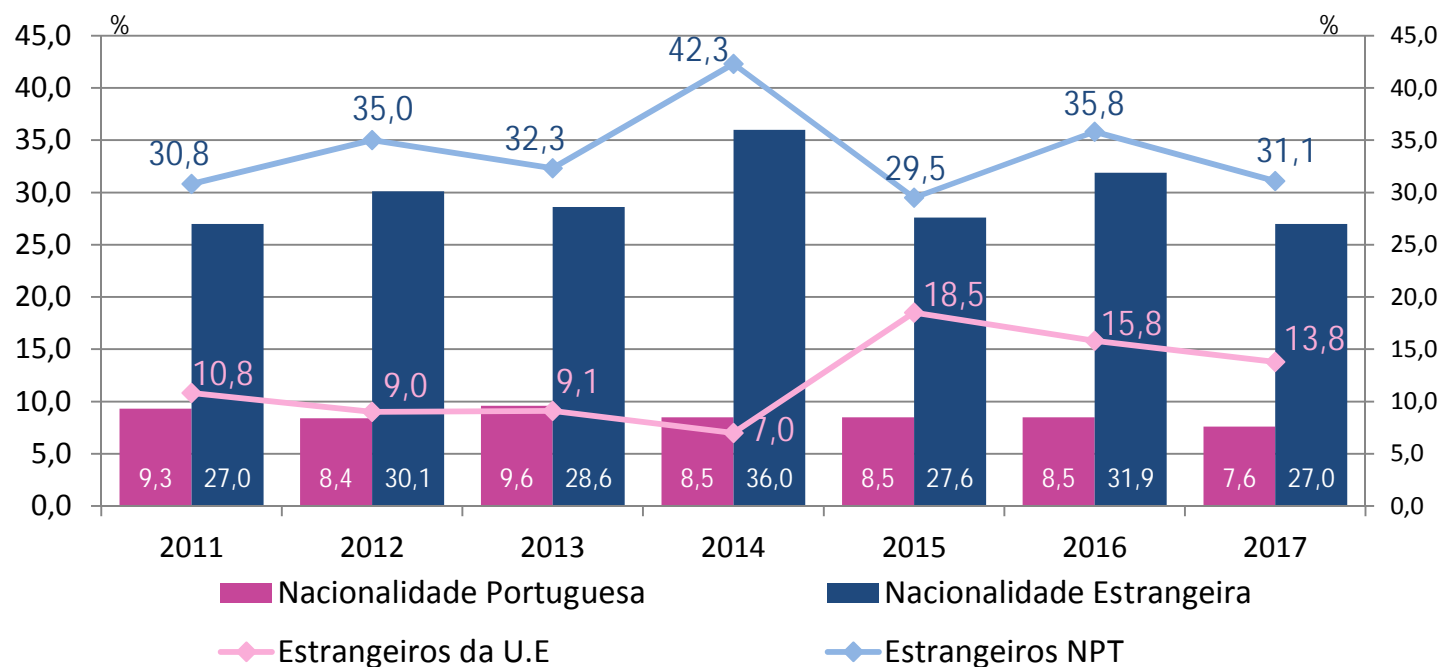
| Nacionalidade      | 2017          |                               | (A) Rácio de montantes processados por beneficiários em 2017 (em euros) |
|--------------------|---------------|-------------------------------|---|
|                    | Beneficiários | Montantes (milhares de euros) |   |
| África             | 2.269         | 3.982                         | 1.755   |
| PALOP              | 2.075         | 3.591                         | 1.731   |
| Angola             | 543           | 1.011                         | 1.862   |
| Cabo Verde         | 722           | 1.199                         | 1.661   |
| Guiné-Bissau       | 462           | 769                           | 1.666   |
| Moçambique         | 61            | 109                           | 1.792   |
| S. Tomé e Príncipe | 287           | 502                           | 1.748   |
| América            | 733           | 1.286                         | 1.754   |
| Brasil             | 685           | 1.184                         | 1.728   |
| Ásia               | 129           | 250                           | 1.936   |
| União Europeia     | 873           | 2.008                         | 2.300   |
| Europa de Leste    | 514           | 836                           | 1.626   |
| Total estrangeiros | 4521          | 8.368                         | 1.851   |

Prestação não contributiva. Padrões distintos das restantes prestações sociais. Em 2017, destacavam-se, entre os agregados familiares cabo-verdianos e brasileiros, sendo que os agregados dos PALOP representam cerca de 46% do total de agregados estrangeiros.

Os cidadãos União Europeia são aqueles que recebem montantes mais elevados por cada beneficiário, seguidos dos asiáticos e, só depois destes, dos africanos.

Fonte: MTSSS- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (cálculos das autoras).

Taxa de sobrelotação da habitação em Portugal, segundo a nacionalidade, entre 2011 e 2017  
(população residente com 18 ou mais anos) (%)



Fonte: Eurostat, Indicadores de Integração de Migrantes (sistematização pelas autoras).

Mercado de habitação afetado pela situação económica e financeira e baixa de rendimentos dos residentes: para o universo de cidadãos estrangeiros, no período entre 2011 e 2017, o ano em que a taxa de sobrelotação dos alojamentos foi mais elevada foi o ano de 2014 (atingindo os 36%, ou seja +9 pontos percentuais que em 2017). No caso dos portugueses o pico atingiu-se em 2013, quando se registou uma taxa de sobrelotação dos alojamentos de 9,6% (o correspondente a +2 pontos percentuais que o valor apurado em 2017).

# Utilização dos serviços de saúde



|                          | Tipo de consulta          |                     | % da população que consultou um médico por total de residentes |                     |
|--------------------------|---------------------------|---------------------|--|---------------------|
|                          | Medicina Geral e Familiar | Outra especialidade | Medicina Geral e Familiar                                      | Outra especialidade |
| Naturalidade portuguesa  | 6.185.242                 | 3.950.071           | 75,5   | 48,2                |
| Naturalidade estrangeira | 483.379                   | 320.533             | 70,1   | 46,5                |
| Total                    | 6.668.715                 | 4.270.604           | 75,1   | 48,1                |

Fonte: INE/INSA, Inquérito Nacional de Saúde 2014 (sistematização e cálculos das autoras).

|                          | Imigrantes | Portugueses não migrantes |
|--------------------------|------------|---------------------------|
| Consulta médica          |            |                           |
| 1 a 3 consultas          | 44,3       | 49,9                      |
| ≥ 4 consultas            | 5,0        | 6,5                       |
| Não foi a consultas      | 50,7       | 43,6                      |
| Motivo consulta          |            |                           |
| Porque se sentiu doente  | 49,0       | 42,6                      |
| Pedir receitas ou exames | 10,0       | 15,6                      |
| Para ter baixa           | 0,8        | 0,8                       |
| Por outra razão*         | 40,2       | 41,0                      |

São os cidadãos de nacionalidade portuguesa que apresentam maior prevalência na consulta de médicos de medicina geral e familiar (75,5%), por comparação aos cidadãos de nacionalidade estrangeira (70,1%), sendo que os naturais de Portugal também tendem a terem essas consultas médicas há menos tempo que os naturais do estrangeiro

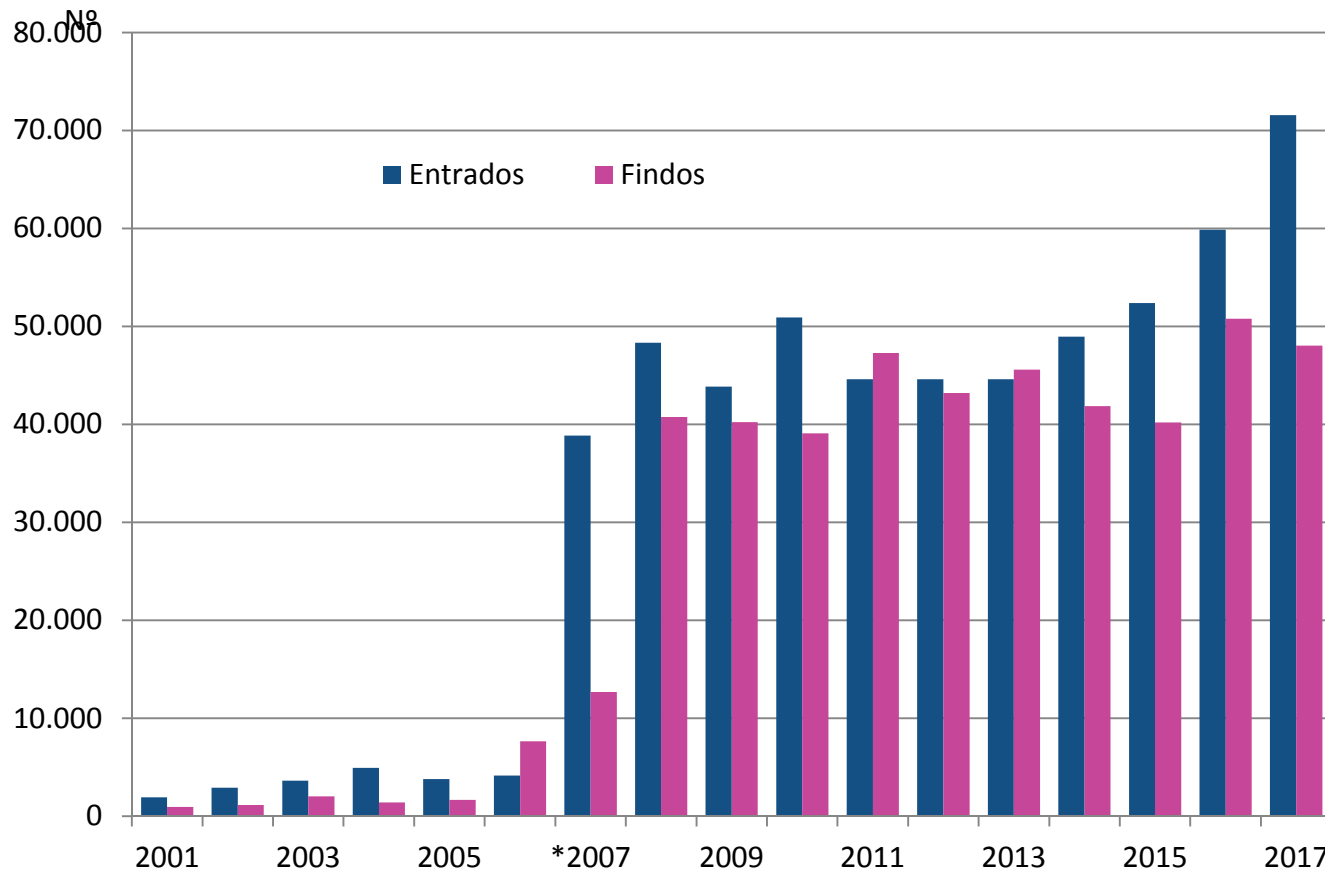
Os dados mostram, em termos de utilização dos serviços de saúde que globalmente os imigrantes tendem a procurar menos os serviços de saúde que os portugueses não-imigrantes, a consultar menos um médico nos últimos meses e a passar mais tempo desde a última consulta médica de especialidade que tiveram.

Contudo os indicadores em torno da utilização dos cuidados de saúde nem sempre refletem, de forma direta e proporcional, as reais necessidades efetivas e efetivadas de cuidados de saúde: tanto podem refletir melhor estado de saúde dos imigrantes que dispensa os cuidados de saúde; como pode refletir dificuldades ou barreiras no acesso aos cuidados de saúde que os tornam sub-representados no universo de utilizadores dos serviços de saúde; como pode ainda refletir as condições sociais e económicas de alguns grupos imigrantes (e.g. com níveis mais baixos de rendimentos; piores condições de trabalho, maior exposição ao risco de pobreza)

# Acesso à nacionalidade portuguesa



Processos entrados e findos de concessão da Nacionalidade Portuguesa

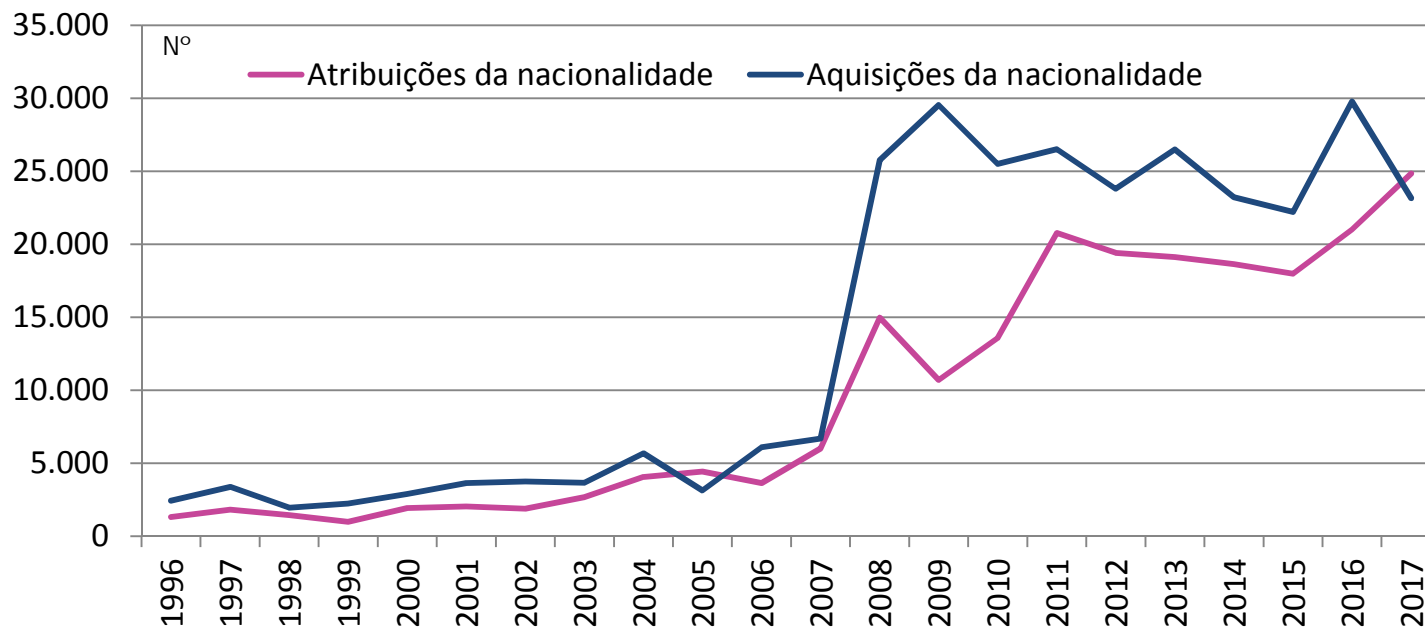


Fonte: SEF & Conservatória dos Registos Centrais

Aumento significativo da concessão de nacionalidade portuguesa a estrangeiros: Entre 2007 e 2017 mais de meio milhão de estrangeiros pediu a nacionalidade (548.518 mil), em média 50 mil novos processos ao ano, revertendo-se em 449.691 'novos cidadãos' portugueses (quando entre 2001 e 2006 o número de situou em apenas 14.865).

Diminuição da taxa de recusa de atribuição da nacionalidade (% de indeferimentos por total de pedidos): entre 2007 e 2017 cerca de 7% dos pedidos foram recusados / entre 2001 e 2006 a taxa de indeferimento tinha o dobro da prevalência.

Atribuições e aquisições da nacionalidade portuguesa, entre 1996 e 2017



Fonte: SEF & Conservatória dos Registos Centrais

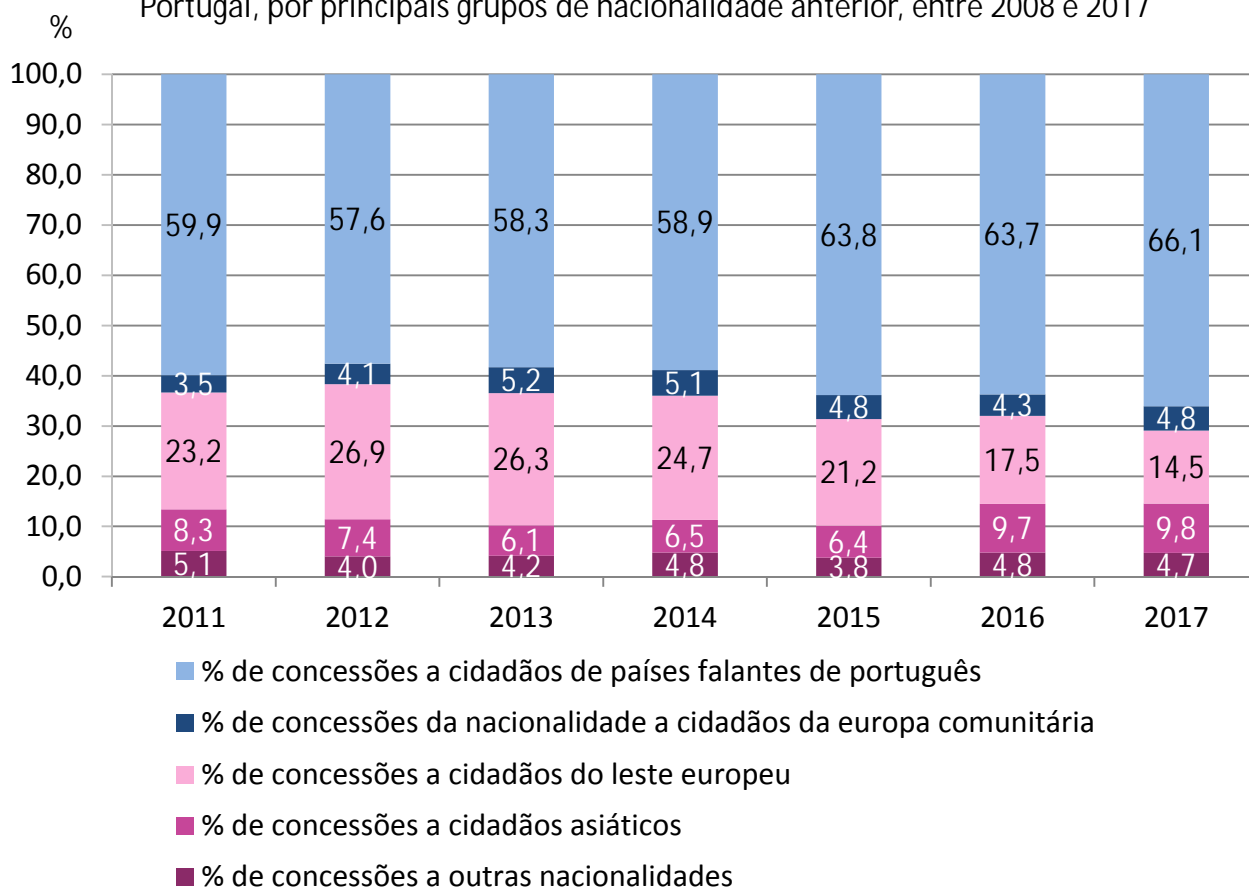
Em 2017 observa-se uma mudança de tendência verificando-se que as atribuições da nacionalidade (51,8% das concessões de nacionalidade) suplantaram as aquisições de nacionalidade (48,2%) refletindo um crescimento constante das atribuições (que se verifica desde 2015 com a 9ª alteração à Lei da Nacionalidade em 2015 ).



# Acesso à nacionalidade portuguesa



Percentagem de concessões de nacionalidade portuguesa a residentes estrangeiros em Portugal, por principais grupos de nacionalidade anterior, entre 2008 e 2017



Fonte: INE, Aquisição da Nacionalidade Portuguesa (sistematização e cálculos das autoras).

Os anos de residência na sociedade de acolhimento são outra dimensão explicativa importante na propensão para a aquisição da nacionalidade dos imigrantes.

Enquadrados pela mesma lei, as populações imigrantes não apresentam a mesma tendência para a aquisição da nacionalidade portuguesa.

É necessário atender às relações históricas entre os países e à língua falada: A propensão para a aquisição da nacionalidade da sociedade de acolhimento é maior quando os imigrantes são de origem de países que foram ex-colónias do país de destino e são falantes da língua do país de destino: neste caso países falantes de português

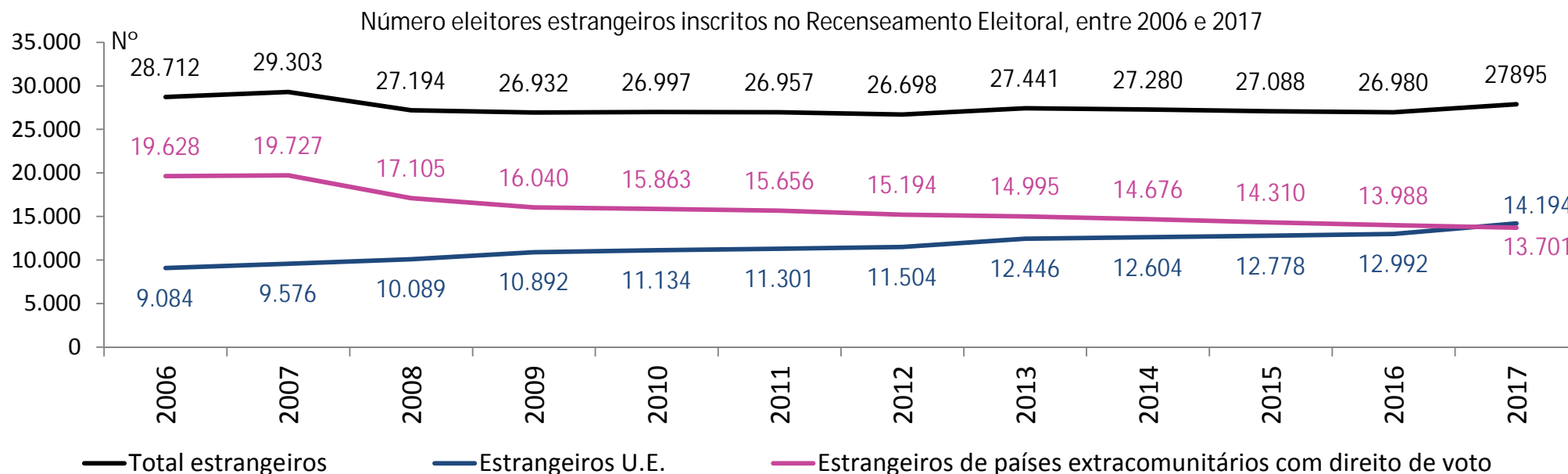
Deve considerar-se a política do país de origem quanto ao acesso pelos seus nacionais de uma nova nacionalidade: A eventual baixa prevalência na aquisição da nacionalidade portuguesa no universo de residentes estrangeiros em Portugal de alguns países (mais evidente no caso da China), pode refletir os constrangimentos associados ao país de origem (perda automática da nacionalidade de origem).



| Ano                                | Estrangeiros recenseados para votar* (A) | Estrangeiros residentes com mais de 20 anos ** (B) | Estrangeiros residentes com mais de 20 anos de nacionalidades elegíveis para votar em eleições locais** (C) | A / C (%) | C / B (%) |
|------------------------------------|--|--|---|-----------|-----------|
| 2012                               | 26.698                                   | 348.722  | 215.529   | 12,4      | 61,8      |
| 2013                               | 27.441                                   | 336.054  | 203.788   | 13,5      | 60,6      |
| 2014                               | 27.280                                   | 332.537  | 199.741   | 13,7      | 60,1      |
| 2015                               | 27.088                                   | 329.458  | 199.257   | 13,6      | 60,5      |
| 2016                               | 26.990                                   | 340.215  | 210.091   | 12,8      | 61,8      |
| Taxa de variação entre 2012 e 2016 | +0,1                                     | +7,5   | +5,5  |           |           |

- Os estrangeiros continuam a estar sub-representados no recenseamento eleitoral. Os estrangeiros residentes em Portugal encontram-se limitados à participação política nas eleições locais e segundo o princípio da reciprocidade.
- Desde o início desta década, e contrariando a tendência da década anterior, verifica-se uma ligeira diminuição de estrangeiros elegíveis para votar (-7,5% de 2012 para 2015), que mostra sinais de recuperação em 2016 (+3,3% por comparação ao ano anterior).
- Também contrariando a tendência da década anterior, entre 2012 e 2015 observou-se uma diminuição da sua importância relativa no universo de residentes estrangeiros (passam de 61,8% em 2012 para 60,5% em 2015). Em 2016, também neste indicador há sinais de melhoria (passam de 60,5% em 2015 para 61,8% em 2016).
- Entre 2012 e 2015 observou-se um aumento da importância relativa dos estrangeiros recenseados por total de estrangeiros residentes elegíveis para votar (de 12,4% em 2012 passam para 13,6% em 2015). Este crescimento volta a ser contrariado em 2016, ano em que o rácio voltou a descer para 12,8% (menos 1 ponto percentual face ao ano anterior).

# Recenseamento eleitoral de estrangeiros



A diminuição global dos eleitores estrangeiros está essencialmente associada à diminuição de inscritos no recenseamento eleitoral de países extracomunitários com direitos de voto (em 2011 eram 15.656 passando para 13.701 em 2017). Em contrapartida, os eleitores de países da U.E. têm mantido a tendência de crescimento da década anterior (de 11.301 em 2011 passam para 14.194 em 2017), suplantando a partir de 2017 o nº de eleitores de países extracomunitários recenseados.



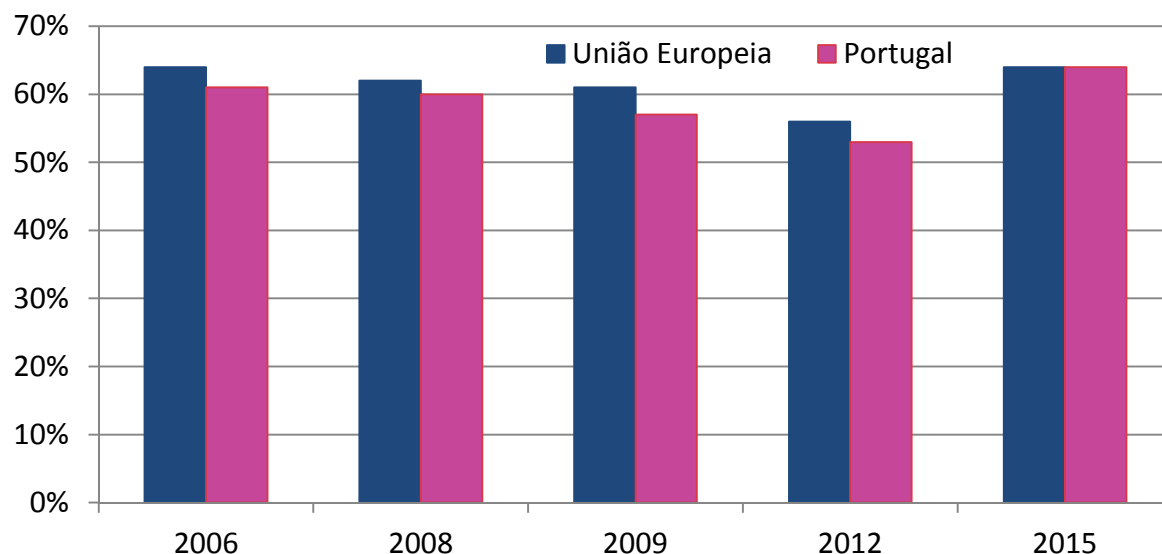
Proporção de estrangeiros recenseados no total de residentes, em 2016

| Nacionalidades  | Número de recenseados (A) | População residente com mais de 20 anos (C) | Taxa de recenseados (A/C) |
|---|---------------------------|---|---------------------------|
| Cabo Verde  | 9.233                     | 30.654                                      | 30,1                      |
| Argentina   | 57                        | 399   | 14,3                      |
| Noruega   | 49                        | 519   | 9,4                       |
| Brasil  | 4489                      | 69594                                       | 6,5                       |
| Venezuela   | 121                       | 2.190                                       | 5,5                       |
| Outros (Chile, Perú, Uruguai, Colômbia, Nova Zelândia e Islândia) | 49                        | 1.444                                       | 3,4                       |
| Total Países Terceiros direito de voto                            | 13.998                    | 104.800                                     | 13,4                      |
| Total União Europeia  | 12.992                    | 105.311                                     | 12,3                      |

Sobre representação dos cabo-verdianos (representam 31,8% dos recenseados estrangeiros em 2017), seguidos dos brasileiros (16,3%): **brasileiros com mais direitos políticos em Portugal MAS apenas 6,5% dos brasileiros residentes com mais de 20 anos se recenseia** & continuam a contrastar com cabo-verdianos com taxa de recenseamento de 30,1% (nacionalidade estrangeira com mais recenseados por total de residentes em idade de votar).

## Perceções de discriminação de base racial e étnica

Evolução, entre 2006 e 2015, da percentagem de respondentes que consideram que a discriminação com base na origem étnica é 'comum' ou 'muito comum' no país



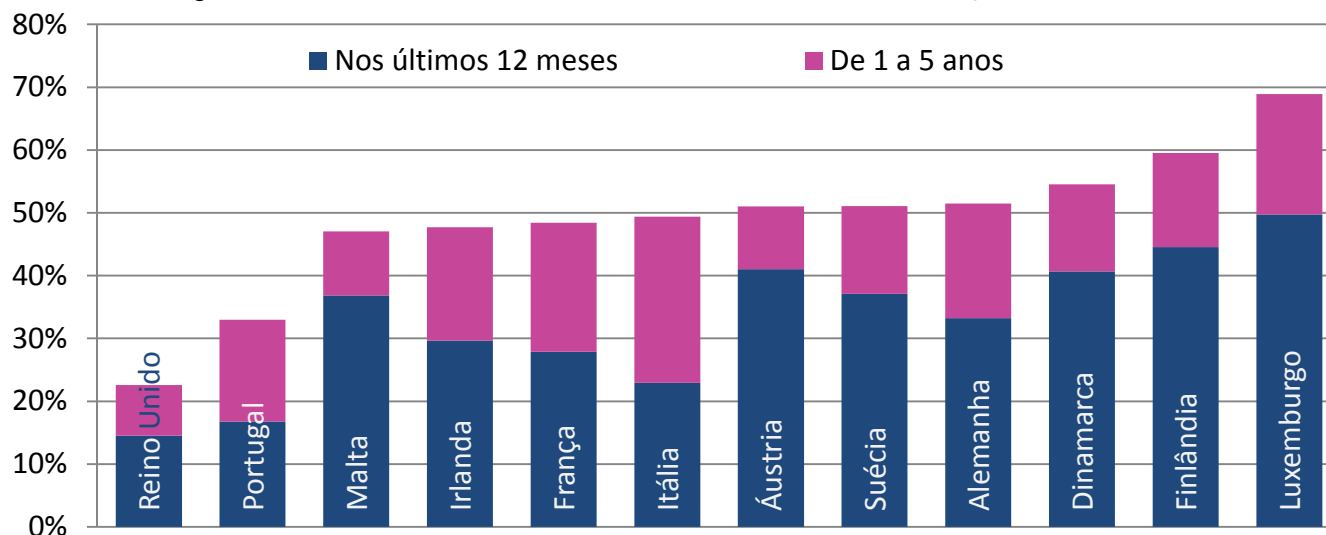
Fonte: Eurobarómetros Especiais [263](#), [296](#), [317](#), [393](#), e [437](#)  
(sistematização e tratamento gráfico da equipa do OM.)

Nos últimos anos verifica-se um aumento da perceção de que a discriminação com base na origem étnica é 'comum' ou 'muito comum' nos vários países da União Europeia, nomeadamente em Portugal.

No conjunto dos países europeus da UE (para os quais há dados acumulados entre 2004 e 2016), observa-se que 1 em cada 10 imigrantes inquiridos diz-se parte de um grupo que é discriminado no país no qual responde, seja em função da sua “cor ou raça”, “nacionalidade”, ou “grupo étnico”; sendo que os imigrantes residentes em Portugal fazem esta asserção mais frequentemente do que a média dos países europeus (+5 pontos percentuais), observando-se que, entre 2004 e 2014, cerca de 16 em cada 100 nascidos no estrangeiro inquiridos declaravam pertencer a um grupo que percecionavam como sendo discriminado em Portugal.

## Experiências reportadas de discriminação de base étnica e racial

Prevalência da discriminação baseada na etnia (agregadas as quatro áreas da vida quotidiana\*) nos imigrantes africanos subsarianos e seus descendentes (inquérito EU-MIDIS II, 2016)



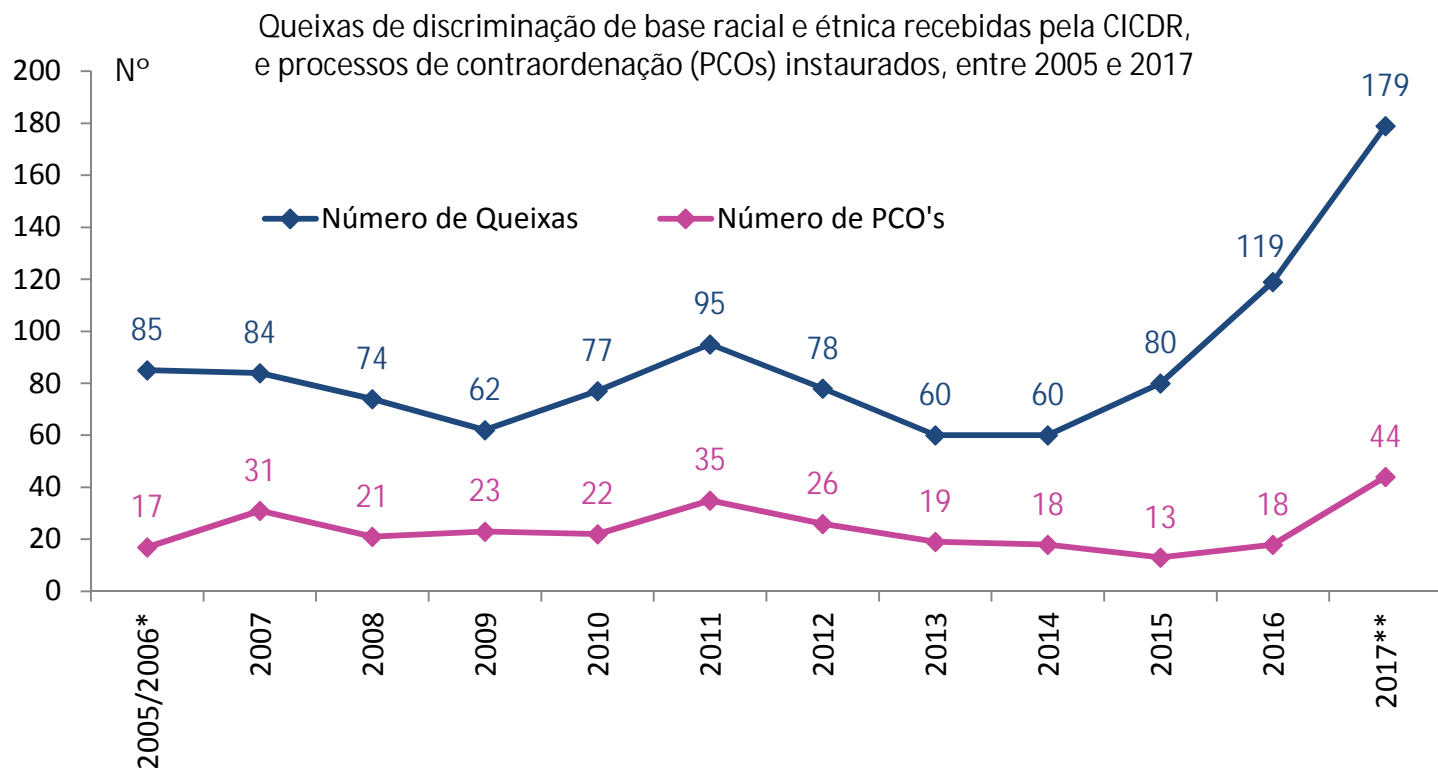
Fonte: : Inquérito EU MIDIS II, FRA (cálculos e tratamento gráfico da equipa do OM).

Nota: \*as 4 áreas da vida quotidiana são: procura de trabalho; trabalho; habitação; educação

Persistem em 2015-2016 diferenças nas experiências de discriminação com base na etnia e cor de pele, tanto em função do país de residência dos entrevistados como em função do grupo a que pertencem: os valores observados vão de uma prevalência de discriminação com base na etnia nos últimos 5 anos de 23% no Reino Unido, 33% em Portugal para 69% no Luxemburgo; surgindo Portugal com o Reino Unido, como os países com as menores prevalências de discriminação reportada por inquiridos imigrantes da África Subsariana e seus descendentes.

## Experiências reportadas de discriminação de base étnica e racial

Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR)



Fonte: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial – CICDR (sistematização pelas autoras).

A CICDR apurou em 2016 e 2017, respetivamente, 119 (+42% face ao ano anterior) e 179 (+50,4% face ao ano anterior) queixas de discriminação de base racial e étnica em Portugal. Este aumento não reflete necessariamente o aumento da discriminação em Portugal, mas associa-se à mais recente revisão do regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem (Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto), podendo ainda refletir uma maior consciencialização para a problemática da discriminação racial e étnica e um maior reconhecimento dos mecanismos e entidades associadas ao combate a este tipo de discriminação.

# Discriminação de base racial e étnica



## Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR)

Queixas de discriminação de base racial e étnica recebidas pela CICDR em 2017, por principal fator de discriminação/principal expressão usada como fundamento da discriminação

| Principal expressão usada como fundamento da discriminação | %    |
|--|------|
| Etnia cigana   | 32,4 |
| Cor da pele negra/negro/preto/raça negra                   | 19,6 |
| Nacionalidade Brasileira                                   | 10,1 |
| Estrangeiros/Imigrantes em geral                           | 5,0  |
| Muçulmanos   | 2,8  |
| Nacionalidade Cabo-Verdiana                                | 1,7  |
| Nacionalidade Ucraniana                                    | 1,7  |
| Outras expressões  | 6,1  |
| Múltiplas Expressões                                       | 3,4  |
| Não é perceptível  | 11,7 |
| Não Aplicável  | 5,6  |
| Total (%)  | 100  |
| Total (números absolutos)                                  | 179  |

Fonte: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial – CICDR (sistematização pelas autoras).

É a “etnia cigana” (32,4% das queixas) e a “cor da pele negra/negro/preto/raça negra” (19,6%) que se destacam como os principais fatores de discriminação

Entre as nacionalidades identificadas, continua a destacar-se a nacionalidade brasileira (10,1% das queixas) como fundamento da discriminação, surgindo ainda outras nacionalidades de forma residual (cabo-verdiana e ucraniana).





## Experiências reportadas de discriminação de base étnica e racial

**Autoridade para as Condições do Trabalho:** No domínio da atividade inspetiva para promover a igualdade e não discriminação no trabalho e no emprego, a partir de 2012 a ACT passa a disponibilizar dados em função da nacionalidade e “raça”: nesse âmbito em 2015 e 2016 nota-se um decréscimo da atividade inspetiva face a anos anteriores, tendo sido realizadas em 2016 apenas 22 visitas (17 e 5 visitas, respetivamente), das quais resultaram 20 infrações e 5 advertências. Em 2017 os dados indicam: em função da raça, a formalização de 3 advertências e 2 notificações para adoção de medidas com prazo para cumprimento; 2) em função da nacionalidade, a formalização de 8 advertências e a instauração de 2 processos de contraordenação, a que correspondeu uma moldura sancionatória de 3.739,32€.

**Provedor de Justiça:** Proporção muito residual do número total de participações se encontra relacionado com a discriminação racial e étnica: segundo Relatório da CICDR (2018), no ano de 2017 o Provedor de Justiça recebeu um total de 7 queixas especificamente por discriminação de base racial ou étnica, tendo sido identificados como fatores de discriminação a origem racial e étnica (2 queixas), a cor da pele (4 queixas) e a nacionalidade (1 queixa).

**Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação (UAVMD):** em 2017 de um total de 252 processos, só 6 (2,4%) se relacionavam com situações de discriminação de base racial e étnica.

**Outras:** Contemplam-se ainda, neste relatório, os dados do Instituto Português do Desporto e Juventude, da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, da Direção-Geral da Política de Justiça, da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, da Entidade Reguladora da Saúde e do Conselho Superior da Magistratura; MAS a proporção de queixas de discriminação de base racial e étnica, em 2017, é também residual (vd. Relatório CICDR, 2018).

# Principais tendências identificadas



- Portugal encontra-se numa grave situação de fragilidade demográfica: país com índices de envelhecimento muito elevados; taxas de fecundidade baixas; saldos naturais negativos (MAS em 2017 observam-se saldos migratórios positivos)
- Estrangeiros residentes contribuem para atenuar o envelhecimento demográfico do país
- Estrangeiros geram aumento de efetivos em idade ativa & contribuem para a natalidade
- Perfis de imigração estão a diversificar-se & em 2016 e 2017 recuperação no nº de estrangeiros em Portugal
- Melhoria do desempenho escolar dos alunos estrangeiros do ensino básico e secundário
- Sobre representação da pop. estrangeira em sectores atividade com remunerações mais baixas (embora se tenha reduzido a distância das remunerações); desemprego diminuí nos últimos anos & reforço de estrangeiros com habilitações superiores
- Estrangeiros contribuem para a criação de emprego em Portugal: crescimento nos últimos anos do nº de empregadores estrangeiros (crescimento superior ao nacionais)
- Estrangeiros em maior situação de privação material e risco de pobreza ou exclusão social que os nacionais, MAS com melhorias em 2016 e 2017
- Saldo financeiro da segurança social com estrangeiros é positivo, alcançando em 2017 valores inéditos neste século XXI
- Estrangeiros em maior situação de sobrelotação habitacional que os nacionais
- Número de “novos cidadãos”, após o novo enquadramento legal de 2006, atingiu cerca de 450 mil cidadãos em 2017.
- Descida em 2016 (face a 2015) da percentagem de estrangeiros recenseados em Portugal para votar (por total de estrangeiros residentes elegíveis para votar).
- O saldo das remessas para Portugal continua muito positivo: entram mais remessas do que saem
- Imigrantes revelam indicadores do estado de saúde mais favoráveis que portugueses; & imigrantes tendem a procurar menos os serviços de saúde que os portugueses não-imigrantes



# Obrigada pela atenção

[catarina.oliveira@acm.gov.pt](mailto:catarina.oliveira@acm.gov.pt)

